

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS INSTITUIÇÕES
COMPONENTES DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
DA PISCICULTURA NO MUNICÍPIO DE RESTINGA
SÊCA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Tainá Turri

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

**ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS INSTITUIÇÕES
COMPONENTES DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DA
PISCICULTURA NO MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA NO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Por

Tainá Turri

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Globalização e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**

Orientador: Prof. João Vicente Ribeiro Barroso Costa Lima

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

T961a Turri, Tainá

Análise sociológica das instituições componentes do arranjo produtivo local da piscicultura no município de Restinga Sêca no estado do Rio Grande do Sul / por Tainá Turri. – 2011.

100 f. ; il. ; 31 cm

Orientador: João Vicente Ribeiro Barroso da Costa Lima
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria,
Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, RS, 2011

1. Sociologia econômica 2. Piscicultura 3. Arranjo produtivo local
I. LIMA, João Vicente Ribeiro Barroso da Costa II. Título.

CDU 316.334.2

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação de Mestrado

**ANÁLISE SOCIOLOGICA DAS INSTITUIÇÕES COMPONENTES DO
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DA PISCICULTURA NO MUNICÍPIO
DE RESTINGA SÊCA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

elaborada por
Tainá Turri

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais

COMISSÃO EXAMINADORA:

João Vicente Ribeiro Barroso Costa Lima, Dr.
(Presidente/Orientador)

Fabício Monteiro Neves, Dr. (UFSM)

Francis Moraes de Almeida, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 24 de março de 2011.

Aos meus avôs.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Almir e Rosemere Turri, pela compreensão e apoio.

Ao professor Dr. João Vicente Ribeiro Barroso Costa Lima, pela orientação, paciência, pelas contribuições e discussões sobre este trabalho.

Aos demais membros da banca examinadora, pelas contribuições.

Agradeço a todos os professores e funcionários do Departamento de Ciências Sociais e à UFSM, pela ajuda nesses seis anos de início na vida acadêmica.

Aos meus amigos, que sempre me apoiaram e incentivaram.

A todos que, de alguma maneira, me ajudaram e estimularam a concluir este trabalho.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria

ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS INSTITUIÇÕES COMPONENTES DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DA PISCICULTURA NO MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AUTORA: TAINÁ TURRI

ORIENTADOR: JOÃO VICENTE RIBEIRO BARROSO COSTA LIMA

Data e local da defesa: Santa Maria, 24 de março de 2011.

Esta dissertação analisa o papel do ambiente institucional e o papel desempenhado pelas instituições componentes do Arranjo Produtivo Local na região do COREDE Jacuí-Centro, no Rio Grande do Sul, mais particularmente das ações ocorridas no município de Restinga Sêca. Para tanto, baseada na chamada Nova Sociologia Econômica (Mark Granovetter) e na Teoria da Estruturação (Anthony Giddens) tenta-se compreender sociologicamente o APL da Piscicultura, de sua efetivação em Restinga Sêca dentro da perspectiva do desenvolvimento das economias de proximidade. Explora-se a definição do APL enquanto política pública, de sua lógica de constituição sócio-política, sem reduzi-la à condição de evento econômico estritamente. O APL é formado por um aglomerado de instituições que organizam um projeto para ser executado em torno de uma determinada atividade produtiva, onde existe uma possibilidade de interação local e geração de benefícios para os envolvidos, podendo gerar um aumento de renda e a possível melhora na qualidade de vida das comunidades envolvidas. No presente texto, o Arranjo Produtivo Local foi descrito e analisado a partir do entendimento (razões, interesses e projetos) de cada organização formal envolvidas no Arranjo Produtivo Local. A partir dessa abordagem, pode-se avaliar a importância do ambiente institucional e organizacional no Arranjo Produtivo Local em questão no estudo. Os resultados da análise apontaram um Arranjo Produtivo Local com grandes dificuldades para ser executado, baixo nível de articulação entre as partes interessadas e resultados, no tocante à qualidade de vida e aumento de renda, pífios.

Palavras-chaves: Arranjo Produtivo Local, Nova Sociologia Econômica, Piscicultura.

ABSTRACT

PISCICULTURE CLUSTER AT JACUÍ-CENTRO AN ANALYZIS OF THE PARTNERS INSTITUTIONAL BEHAVIOR.

This dissertation analyzes the role of institutional environment and its influence over the institutions that participate of the Pisciculture cluster at the region COREDE Jacuí-Centro, at Rio Grande do Sul, particularly the actions that took place in the city of Restinga Sêca. For that, based in the so called New Economic Sociology (Mark Granovetter) and in the Structural Theory (Anthony Giddens), it's made an attempt to understand sociologically the Pisciculture Cluster and its effectivation in Restinga Sêca, under the perspective of the proximity economies' development. It explores the definition of the Productive Local Arrangement as a public policy, from your logic of social political constitution, without reducing it to a strictly economic event. The Cluster is formed by an agglomerate of institutions that organize a project to be executed concerned to a determined productive activity, that promotes a possibility for local interaction and a generation of benefits to the ones involved, which may lead to an income's increase and the possibility of life quality improvement to the communities involved. In the present work, the Cluster was described and analyzed from the understanding (reasons, interests and projects) from each formal organization involved in the Cluster. From this approach, the importance of the institutional environment can be assessed and the organization of the Cluster in question throughout this study. These analysis' results pointed to a Cluster with large difficulties to be executed, a low level of articulation between the interested parts and the results. As regarding the life quality and income increase, insufficient.

KEYWORDS: Cluster, New Economic Sociology, Pisciculture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.1 - Fluxograma com as instituições envolvidas no Arranjo Produtivo Local da Piscicultura do COREDE Jacuí-Centro.....	31
Figura 2.1 - Mapa do Rio Grande do Sul, com os municípios do COREDE Jacuí-Centro em destaque	38
Figura 2.2 - Tanques para Piscicultura, obedecendo as formas geométricas apropriadas para este tipo de produção	41
Figura 2.3 - Foto de um açude construído para o APL da Piscicultura do COREDE Jacuí-Centro	41
Figura 2.4 - Açude de uma propriedade inserida no APL da Piscicultura do COREDE Jacuí-Centro	42
Figura 2.5 - Tanque em fase de construção em propriedade inserida no APL da Piscicultura do COREDE Jacuí-Centro.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADESUL	Agência Sul-Americana de Desenvolvimento
APL	Arranjo Produtivo Local
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
EMATER	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
GTP APL	Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IRGA	Instituto Riograndense do Arroz
ONG	Organização não governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Micro-empresa
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Notícia sobre a instalação do Frigorífico do Peixe em Cachoeira do Sul-RS	92
Anexo 2 – Questionário	93
Anexo 3 – Termo de consentimento livre-esclarecido	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 TEORIA SOCIAL E O APL.....	16
2 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL.....	33
2.1 Arranjo Produtivo Local como Política Pública	33
2.2 Histórico da Implantação do APL de Piscicultura nos Municípios do COREDE Jacuí-Centro (RS)	37
3 PARCEIROS DO APL DA PISCICULTURA DA REGIÃO DO COREDE JACUÍ-CENTRO	49
3.1 COREDE Jacuí-Centro	49
3.2 ADESUL – Agência Sul-Americana de Desenvolvimento	54
3.3 Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).....	58
3.3.1 UFSM	58
3.3.2 ULBRA	59
3.4 EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural	60
3.4.1 EMATER de Restinga Sêca	61
3.5 Prefeituras (amostra de Restinga Sêca).....	65
3.6 Breve balanço dos resultados da pesquisa	69
4 CONCLUSÃO	84
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88
ANEXOS	91

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objeto de pesquisa a análise do conjunto de instituições que formam o ambiente institucional que abriga o Arranjo Produtivo Local (APL) da Piscicultura da região do COREDE Jacuí-Centro, especialmente o município de Restinga Sêca. Considera-se que todas as instituições participantes, seja no plano formal (mencionados como tendo intenção de participar do projeto), seja no plano efetivo (aquelas instituições que efetivamente participaram do projeto), movidas por seus interesses, ideologias e/ou seus estatutos, dispuseram-se de forma a afetar a atividade-fim — que era implementar e incrementar a atividade econômica e a cadeia da piscicultura entre pequenos produtores.

A compreensão das ações produzidas pelas instituições é feita sob a ótica da sociologia econômica que postula que o evento econômico é socialmente constituído. Dessa forma, a pesquisa foca a atenção analítica sobre o conjunto difuso de interesses e práticas das instituições componentes do APL da piscicultura.

O problema de pesquisa poderia ser assim sintetizado: por que, a despeito dos recursos materiais, técnicos, políticos e simbólicos disponibilizados quando da formulação, desenvolvimento e implementação do projeto do APL da piscicultura, nos períodos de tempo projetados, os resultados mostraram-se decepcionantes quando se considera os parâmetros mais sofisticados relativamente às práticas econômicas mais competitivas, no contexto da globalização econômica e, além disso, em desconformidade com as próprias metas elencadas no projeto. Contudo, deve-se ressaltar que o objeto de pesquisa não era o desempenho do pequeno produtor piscicultor de Restinga Sêca, mas as instituições parceiras que dão um suporte imprescindível ao bom desenvolvimento da atividade.

A hipótese fundamental postula que, no plano da interação entre as instituições participantes do APL da piscicultura do COREDE (Conselho Regional do Desenvolvimento) Jacuí-Centro, uma gama de interesses e estratégias das instituições não geraram o apoio que a atividade-fim da piscicultura precisava. Basicamente, os elementos não econômicos, envolvendo interesses políticos, pareciam afetar negativamente a atividade econômica da piscicultura.

O Arranjo Produtivo Local (APL) caracteriza-se como uma política pública que visa ao desenvolvimento de atividades econômicas diversas, estruturando conjuntos de empresas e instituições interdependentes e com potencial para cooperação,

fazendo que atores econômicos obtenham a capacitação e o desenvolvimento para consolidarem e expandirem suas atividades sobre novos mercados, gerando os bons efeitos sociais e econômicos. O APL aglutina esforços em todos os níveis de poder político (federal, estadual e municipal), além de reunir aparatos de instituições com recursos variados para a consecução dos objetivos do projeto. As ações iniciais contam com uma rigorosa preparação e tecnicidade do Governo Federal (de suas instituições), passando por etapas/estágios intermediários de apreensão de demandas, conhecimento das particularidades locais até a efetiva implementação de ações que beneficiem indivíduos, empresas e atividades no plano local.

O APL em questão, *“Implantação do Arranjo Produtivo de Piscicultura nos Municípios do COREDE Jacuí-Centro do Estado do Rio Grande do Sul”*, visava, a partir do contexto do desenvolvimento regional da região especificada para um APL de piscicultura, gerar trabalho e renda nos municípios da região. Para isso, era necessário uma “engenharia institucional”¹ com todos os integrantes, públicos e privados, além dos próprios pequenos produtores em vias de se tornarem também piscicultores, para prover as condições necessárias capazes de gerar os resultados esperados para a organização da produção, seu desenvolvimento técnico e gerencial, sob bases cooperativas eficientes para, ao final, propiciar a colocação de um produto competitivo no mercado.

Os municípios beneficiados com o APL (Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novos Cabrais, Paraíso do Sul, Restinga Seca, São Sepé e Vila Nova do Sul) apresentam os típicos problemas deste território: pequenas propriedades familiares inviabilizadas, em dificuldades financeiras, baixa diversificação de atividades no meio rural e forte necessidade de alternativas para a geração de trabalho e renda.

Neste momento, no Brasil, a produção de peixes é insuficiente para atender a demanda por carne de peixe para o consumo interno². O desafio era, e ainda é, iniciar uma produção de escala regular a partir das expectativas de consumo com um padrão de qualidade pré-estabelecido. Entretanto, a chance de êxito na criação de peixes na metade Sul requer a constituição de um complexo de instituições interrelacionadas que articule desde as instituições ligadas à pesquisa e ao planejamento, passando pela produção, até os estímulos mais apropriados ao mercado, com pretensões de que sejam geradas vantagens para todos os

¹ Conforme dados da Agência de Desenvolvimento da Região Sul (ADESUL, 2007)

² Idem anterior.

integrantes da cadeia. Assim, cria-se uma base institucional que agregue as instituições como a EMATER (na função de apoio técnico). Compõem, além disso, nessa estrutura as instituições de ensino superior (UFSM e ULBRA) responsáveis pela pesquisa e desenvolvimento, no aprimoramento da criação e da carne de peixe, na criação de mecanismos de incremento do consumo, inserção no mercado externo, planejamento de marketing e gestão do negócio, de forma a garantir a competitividade do produto e sustentabilidade do empreendimento.

De um ponto de vista operacional, pretendeu-se que toda a cadeia da piscicultura se integrasse: a produção, a transformação, a comercialização, a pesquisa e o desenvolvimento, contando-se que cooperassem os produtores, os parceiros e as cooperativas. O Estado tem papel importante porque atua em vários níveis, seja na coordenação e na promoção de iniciativas sociais e empresariais, como a definição de implemento de linhas de crédito, como na concepção e implantação de programas de desenvolvimento mais contextualizados e, particularmente, nos municípios implicados, na operacionalização das compras públicas do peixe produzido para serem utilizados na merenda escolar desses municípios.

Uma palavra-chave nesse processo é a cooperação. De forma difusa, evocava-se o papel da sociedade como legitimadora dos programas e corresponsável por seus resultados, direta e/ou indiretamente. Daí, foram destacadas a necessidade de identificação e funcionalidade dos principais atores e multiplicadores do processo de agregação de interesses comuns e coletivos.

As referências teóricas adotadas foram Mark Granovetter e sua teorização da chamada Nova Sociologia Econômica, e Anthony Giddens, no tocante à sua teoria da racionalização da ação dos indivíduos e instituições e das conexões sistêmicas difusas. Pretende-se analisar sociologicamente o evento econômico da piscicultura, particularmente no tocante às relações constituídas pelas instituições participantes do APL da piscicultura, no contexto do COREDE Jacuí-Centro. Para isso, serão analisados os papéis e atribuições de indivíduos e instituições, agentes sociais e poderes públicos constituídos responsáveis pelas práticas cotidianas e institucionais que afetam a qualidade de vida do homem ordinariamente pesquisado.

O ponto principal da pesquisa é analisar a percepção que os poderes públicos locais (prefeituras, instituições vinculadas ao APL) têm desse arranjo institucional, de seu lugar nesse arranjo e da efetividade do projeto para gerar resultados na região;

e o diagnóstico que as entidades públicas fazem desse arranjo institucional. Foi considerado, prioritariamente, para fins de análise, as razões e práticas das instituições participantes do APL e suas respectivas conexões com os resultados concretos do APL no que tange aos objetivos postos originariamente no projeto. Trata-se, aqui, de apreender as visões política e econômica que perpassam o projeto, de seus ganhos e perdas, das responsabilidades e atitudes das demais instituições participantes (públicas e privadas), de maneira a compor o quadro analítico.

De forma indireta — por meio dos resultados de pesquisa de outra dissertação de mestrado que tinha este objeto de investigação estritamente³ — o ponto de vista dos implicados nas atividades econômicas de forma direta (pequeno agricultor, sua família, eventualmente empregados), no que se refere às mudanças ocorridas nas condições de vida proporcionada pelos resultados da operação da APL da piscicultura, analisar a dimensão da racionalidade dos atores econômicos e sociais (pequeno criador, sua família, agregados e trabalhadores), ponderando sobre as rotinas da vida, circunscritas a uma dada hierarquia de interesses, relevâncias, das expectativas e desejos gerados a partir das experiências no âmbito da cadeia.

A presente dissertação está organizada em três capítulos. No capítulo primeiro, é apresentado o marco teórico adotado para a análise. No capítulo segundo, é explicitado o APL como instrumento de política pública, de seus enraizamentos no plano político e no plano econômico, da complexidade das ações sugeridas e a serem implementadas, no contexto da discussão contemporânea das bases novas da competitividade econômica. No último e terceiro capítulo, é tratado diretamente o APL da piscicultura do COREDE Jacuí-Centro e de alguns resultados já passíveis de serem conhecidos sobre o funcionamento concreto no município de Restinga Sêca. Este município foi escolhido entre os sete municípios integrantes do APL para análise nesta dissertação.

O questionário elaborado para realizar as entrevistas com as entidades envolvidas com o APL foi baseado no roteiro de entrevista elaborado para a dissertação *“O papel do ambiente institucional e organizacional na competitividade*

³ *Desenvolvimento humano e qualidade de vida: a racionalidade do piscicultor do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura no município de Restinga Seca no Rio Grande do Sul* de Tanise Dias Freitas (2011).

do APL da Piscicultura na região de Dourados-MS” de Ângelo Mateus Prochmann, e também através de reuniões do grupo de estudo da Linha de Pesquisa do Mestrado em Ciências Sociais da UFSM, Globalização, desenvolvimento e políticas sociais.

1 TEORIA SOCIAL E O APL

Neste capítulo inicial, intenta-se construir a base teórica a partir da qual analiso o fenômeno do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura do Jacuí-Centro (RS), particularmente da realidade deste projeto implantado no município de Restinga Sêca. Basicamente, a fundamentação teórica da análise serve-se dos elementos conceituais da sociologia econômica de Mark Granovetter, que considera o fenômeno econômico de um ponto de vista sociológico, e Anthony Giddens, que dá elementos para a compreensão da racionalidade dos atores sociais envolvidos na cena.

A abordagem da sociologia econômica permite a análise do APL da piscicultura para além de sua constituição econômica, mais precisamente das dimensões sociais formativas diversas e difusas. Em verdade, o modelo teórico, que se quer testar, trabalha em um nível de realidade, sendo este o objeto da pesquisa empírica propriamente, que é o do APL como um ambiente institucional em que diversos parceiros (EMATER, COREDE, Prefeituras, Universidades, dentre outras) conectam-se para darem suporte ao pequeno piscicultor: assistência técnica, transferência de tecnologia, treinamento em gestão, compras públicas como garantia de um mercado mínimo. Nesse nível de análise, busca-se a compreensão dessas instituições sobre o APL, como avaliam suas participações e veem os outros parceiros e o próprio piscicultor. Ultrapassando a dimensão estritamente subjetiva, estuda-se também o resultado final dos atores institucionais no ambiente, a despeito das suas justificativas e razões elaboradas.

A Nova Sociologia Econômica empenha-se em identificar as formas de inserção social das ações econômicas e a influência das relações sociais nos resultados econômicos. Os enfoques são diversos e dentre eles destaca-se a “estrutura do mercado”, visto como constituído de redes interpessoais.

Mark Granovetter (1990) tenta desenvolver uma teoria sociológica complementar à Teoria Econômica. A sociologia econômica, assim entendida, teria por objetivo trazer novas respostas às perguntas deixadas em branco pela Teoria Econômica, mais do que substituir esta última. Para o autor, o objetivo não é criticar a economia neoclássica, mas reforçá-la ao acrescentar uma perspectiva sociológica. Ele considera necessário acrescentar aos pressupostos básicos do comportamento do ator econômico as motivações não econômicas.

O autor distingue a nova sociologia econômica da antiga (clássicos como Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber), porque a nova propõe análises sociológicas de temas econômicos fundamentais, tais como os mercados, os contratos, o dinheiro, o comércio e o banco, oferecendo, assim, uma descrição alternativa da atividade econômica cotidiana, enquanto a clássica só se preocupava com os pré-requisitos institucionais da vida econômica (GRANOVETTER, 2000). Os novos objetos de investigação da Nova Sociologia Econômica seriam tomados como essencialmente econômicos do ponto de vista dos autores clássicos. Granovetter afirma proposições que orientam a sua reflexão: a ação econômica é socialmente situada e as instituições econômicas são entendidas como construções sociais.

O estudioso trabalha com as premissas do individualismo metodológico relativamente aos aspectos formadores da racionalidade; propõe que as explicações dos fenômenos sociais fundamentam-se nas motivações e nos comportamentos dos indivíduos, que a análise da ação econômica é comum à ciência econômica e à sociologia econômica e que os indivíduos são racionais, ou seja, eles buscam a maximização de sua utilidade, recorrendo a cálculos de custo e benefício. Indivíduos não criam *a priori*, por meio de contratos, o mundo social, econômico e político, como postulavam os clássicos liberais. Mas, indivíduos continuam a ser uma unidade de análise importante e operacional, compreendendo o indivíduo em si ou instituições, como ressalta Max Weber (1992). Assim sendo, as instituições componentes do APL da piscicultura do Jacuí-Centro são consideradas como indivíduos para fins de análise.

O ponto de partida da Sociologia Econômica é a ação econômica definida em termos de escolha entre meios raros ou como sendo orientada para a satisfação de necessidades definidas pelos indivíduos em situação de escassez (GRANOVETTER, 2000). Afirmar isso significa que, para Granovetter, os atores perseguem também objetivos sociais, como a sociabilidade, o reconhecimento, o *status* e o poder. Além disso, o problema da economia neoclássica para Granovetter reside menos numa psicologia ingênua do que no esquecimento das estruturas sociais, ou seja, afirmar que a ação econômica é socialmente situada significa que os indivíduos não agem de maneira autônoma⁴, mas que suas ações estão imbricadas em sistemas concretos, contínuos, de relações sociais, ou seja, em redes

⁴ A estrutura não afeta o indivíduo na formação de suas vontades e planos de ação. A estrutura, por sua vez, seria moldada pelos poderes inequívocos do indivíduo (GIDDENS, 2009).

sociais: é a tese da imbricação social das ações econômicas de Granovetter. A lógica de concepção e funcionamento do APL é ilustrativa desta realidade do econômico profundamente envolvido e orientado por processos e razões não-econômicas. O centro articulador das operações do APL, que fazem a ponte entre a política pública emanada de Brasília e as ações concretas dirigidas ao piscicultor, a saber, o COREDE Jacuí-Centro é, como se verá mais adiante, uma entidade mais política e devotada aos problemas sociais de toda ordem do que propriamente uma entidade de natureza e operacionalidade econômica.

O autor distingue dois tipos de imbricação, o relacional e o estrutural. O primeiro diz respeito às relações pessoais mais imediatas do indivíduo, como família, amigos, e o segundo refere-se às relações mais afastadas, às quais o indivíduo tem acesso graças a seus laços fortes – mantidos com conhecidos – que o põem em contato com universos sociais distintos. Granovetter (2000) define o laço forte de maneira vaga, argumenta que a força de um laço é uma combinação da quantidade de tempo, da intensidade emocional, da intimidade (a confiança mútua) e dos serviços recíprocos que caracterizam este laço. Esta é a base de confiança da sociedade que pode ser vinculada também à economia e que se reflete na relação produtores e entidades diversas implicadas.

No caso estudado, no nível analisado, o ambiente institucional e dos atores institucionais interagindo com foco no projeto, não se aborda a questão da confiança como vê Granovetter em sua definição básica. Não quer dizer que a confiança não seja um dado importante para a operação dos atores institucionais no ambiente institucional, porque efetivamente o é. De outra forma, não se quer afirmar que os elementos de confiança de que trata Granovetter não permeiem as relações interpessoais no cotidiano dos piscicultores porque, presume-se, que sim.

Saindo do plano analítico do indivíduo racional e de suas motivações fundamentais, Granovetter alcança o nível analítico das instituições econômicas. Na noção de instituição de Granovetter, estão inseridas as dimensões de regularidade e normatividade, sem ficar muito claro, se a normatividade é de ordem moral ou técnica. Ele cita como exemplo os sistemas de organização econômica, como o capitalismo. Em um nível inferior, destaca o formato das organizações, das indústrias ou dos corpos profissionais particulares.

Granovetter crítica o funcionalismo da visão neo-institucional, que toma as instituições existentes como as mais eficientes, devendo sua emergência a um êxito

no quadro da luta entre várias opções. Mantendo o individualismo metodológico, o autor afirma que as instituições resultam da agregação das ações individuais. Contudo, essas ações individuais precisam ser decompostas em padrões que informem as determinações sociais que sofrem.

A forma assumida pelas instituições é fortemente condicionada pelo conteúdo e pela estrutura das relações sociais nas quais a ação econômica está imbricada, ou seja, pela configuração das redes sociais. Granovetter afirma que, muitas vezes, as atividades econômicas nos países em desenvolvimento encontram-se freadas pela falta de confiança existente na sociedade. A confiança enraíza-se nas redes de relações interpessoais, assim sendo, a falta de confiança freia o desenvolvimento. O autor dá um exemplo, de um mesmo país, ou numa mesma região, diversos grupos sociais terão resultados econômicos diferenciados dependendo de sua estrutura social e a forma assumida pelas empresas dependerá também desta mesma estrutura social, o que implica na dependência das redes sociais. Nesse nível, a confiança é considerada como um elemento estruturante da relação entre as macroinstituições, como é o caso dos parceiros institucionais envolvidos no APL da piscicultura de Restinga Sêca.

O pesquisador reconhece que o mercado não é o resultado de um mecanismo natural; mas que se trata de uma construção social conflituosa, resultado de muitas lutas. Considerando principalmente o contexto norte-americano de onde teoriza, Granovetter não atribui um papel particularmente importante ao Estado na atividade econômica, parecendo-lhe possível estabelecer um paralelo entre a concepção liberal do Estado e a concepção de que estruturas políticas repressivas que se tornam desnecessárias devido ao funcionamento dos mercados que, por sua vez, impossibilitam a força e a fraude. São essencialmente as relações pessoais, diretas ou indiretas, que viabilizam assegurar a confiança e evitar o oportunismo no mercado, sem que haja necessidade de uma coerção política externa.

Já na esfera em que são analisados os grupos econômicos, o autor mostra o papel fundamental do Estado. As regras administrativas e jurídicas influenciam obviamente a estrutura dos grupos econômicos, no que diz respeito à propriedade, às formas de autoridade e às relações com as instituições financeiras. Atores-chave do Estado frequentemente orientam os rumos da política econômica. O Estado aparece como um ator fundamental na regulação da economia, cujo papel consiste

essencialmente em fazer respeitar as regras do jogo, estabelecido por e para os mais fortes.

A tese da imbricação estrutural tem os méritos de sublinhar a importância das mediações sociais nos fenômenos econômicos – o que é uma característica fundamental da sociologia econômica; ademais, propicia ligar o ator e a estrutura social, ou seja, relacionar o nível micro e o nível macro e ainda possibilita uma utilização proveitosa dos dados estatísticos. Granovetter operacionaliza a hipótese de racionalidade de maneira mais complexa que os economistas, ao levar em conta tanto as pressões institucionais ou relacionais que pesam sobre os indivíduos quanto à diversidade dos seus objetivos.

Na presente dissertação trabalha-se, no sentido de uma composição da teoria da racionalidade de Granovetter, com tópicos da *Teoria da Estruturação* de Anthony Giddens (2009). Basicamente, Giddens remete-nos à interação entre indivíduo e estrutura e sobre os processos e dinâmicas constituidores do indivíduo e da estrutura⁵. A base da teoria giddensiana está na produção e na reprodução da sociedade. Para fins da análise que é feita nesta dissertação, os indivíduos são os atores institucionais, os organismos parceiros que, a partir dos estímulos da coordenação COREDE Jacuí-Centro, operam segundo os objetivos do arranjo produtivo. A escolha por conjugar as proposições de Giddens com os postulados teóricos de Granovetter está em que a teoria de Giddens preocupa-se e articula mais a relação entre micro e macro estruturas da perspectiva da reprodução de uma ordem econômica, social e política em conformidade com certos aspectos do APL, especificamente, no foco de Giddens com a reprodução do sistema.

Um sistema social funciona a partir das diversas maneiras pelas quais ele é produzido e reproduzido. Neste sentido, o conceito de dualidade de estrutura constitui-se em peça-chave: a estrutura coage e facilita a vida individual.

O indivíduo opera na realidade e manifesta graus de consciência com margens maiores e menores de conhecimento das conseqüências de seus atos. Mesmo assim, Giddens admite que, inevitavelmente, não há conhecimento ou

⁵ As indagações, que a teoria da estruturação fazem, buscam os motivos pelos quais vivemos em sociedade, e das tensões e facilidades nas conexões entre o indivíduo e o meio social. Hoje, as concepções que predominam sobre as relações entre indivíduo e sociedade apontam que é a diferenciação das partes que gera a unidade do conjunto; porém, o contrário também é verdadeiro. Os indivíduos convencionam a vida em sociedade, mas a sociedade é, em múltiplos sentidos, quem dá origem ao indivíduo. Os indivíduos fazem a sociedade ao mesmo tempo em que é um indivíduo porque a sociedade assim o faz (GIDDENS, 2009).

domínio completo dos indivíduos sobre as condições e, conseqüentemente, alguns resultados não são previstos pelo agente. Assim sendo, rompe-se com o dualismo clássico de objetivismo/subjetivismo, existindo uma tensão reflexiva entre eles no plano social (GIDDENS, 2009).

Giddens afirma que não há uma relação necessária entre o dizer e o fazer, pois o que resulta de uma ação não é necessariamente a sua intenção original. Segundo Giddens, estrutura, em sua teoria, é:

(...) o conjunto de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social; as características institucionalizadas de sistemas sociais têm propriedades estruturais no sentido de que as relações estão estabilizadas no tempo e no espaço. A 'estrutura' pode ser conceituada abstratamente como dois aspectos de regras: elementos normativos e códigos de significação. Os recursos são também de duas espécies: recursos impositivos, que derivam da coordenação da atividade dos agentes humanos, e recursos alocativos, que procedem do controle de produtos materiais ou de aspectos do mundo material. O que é especialmente útil para a orientação da pesquisa é o estudo, primeiro, das intersecções rotinizadas das práticas que constituem os 'pontos de transformação' nas relações estruturais; e, segundo, dos modos como às práticas institucionalizadas estabelecem a conexão entre a integração social e a integração em sistema (idem, p. XXXV - introdução).

Importante é ponderar, em um nível analítico do APL, e estimar o quanto e de que maneira as relações sociais sustentadoras do APL da piscicultura conectam-se com os sistemas sociais no espaço e tempo; também que elementos normativos e alocativos são articulados no APL da piscicultura em uma conexão de elementos de sociabilidade e econômicos. As práticas econômicas e sociais do APL estruturam-se como rotinas que se conectam com o macro mundo. Em outro nível analítico — o que trata da inserção dos parceiros institucionais (EMATER, Universidades, Prefeituras, dentre outras) —, verifica-se um elo com o sistema. Não é mais o indivíduo piscicultor que age com base em suas boas razões, mas instituições, com funções particulares (prover recursos no campo da gestão da pequena empresa; transferir tecnologia para o pequeno piscicultor; dar o apoio político no âmbito das compras públicas no sentido de viabilizar um mercado seguro e mínimo), que se articulam em níveis maiores de eficiência técnica, política e de gestão, passíveis de gerar ganhos maiores ou menores para o pequeno piscicultor.

A noção de estrutura é processual no que tange às práticas padronizadas e recorrentes que se encontram situadas no tempo e no espaço. Os indivíduos vivem e organizam-se através de processos dinâmicos de interação social. Entretanto, há certo limite à autonomia de ação do indivíduo: a regularidade da conduta. Na

conduta existe o elemento que conduz à sua padronização no tempo e no espaço; e também há um limiar de autonomia nas ações.

As práticas rotinizadas do pequeno produtor/piscicultor são padronizadas e situadas em fórmulas interativas ricas. Uma das hipóteses da pesquisa é que as práticas rotinizadas informam uma dinâmica econômica rudimentar do pequeno piscicultor, mas de grande força emocional e de ativação de redes de solidariedade, como foi visualizado na análise realizada pela dissertação “Desenvolvimento humano e qualidade de vida: a racionalidade do piscicultor do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura no município de Restinga Seca no Rio Grande do Sul” de Tanise Dias Freitas (2011), que estudou o mesmo APL, mas a partir da compreensão do indivíduo produtor rural que se integrou ao APL para produzir peixe, através das técnicas da piscicultura que “seriam” introduzidas com o APL em questão.

Nesse sentido, ao entender que muitos estudos abordam a questão da avaliação de impactos sociais dessas políticas públicas desenvolvimentistas somente com relação às variáveis econômicas, percebe-se a necessidade, dentro da construção do conhecimento científico da sociologia a necessidade de compreender a competência dos agentes sociais para agir com eficiência e produtividade como são requeridos nesses ambientes de competitividade. (FREITAS, p. 8, 2011).

A dimensão emocional é menos visível e eficiente no sentido de sustentar os grupos e interesses implicados, quanto aos ganhos econômicos estipulados. Da horizontalidade de uma realidade que conecta os piscicultores para uma verticalidade que os lança à interação com as instituições, em outros níveis de interação com a realidade, como é a que se verifica com o intercâmbio com os demais parceiros institucionais.

O conjunto resultante configura-se em uma realidade vivida precária em termos de eficiência econômica, mas rica em energia emocional no plano da sociabilidade do piscicultor. Da perspectiva do pequeno piscicultor, é que se depreende a força emocional do contato, simultaneamente à ineficiência da economia da piscicultura, nas bases prometidas pelo projeto aprovado no COREDE Jacuí-Centro (FREITAS, 2011). De um ponto de vista sistêmico, o segmento é marginal quando se consideram as dinâmicas contemporâneas no ambiente competitivo nacional e internacional.

Sendo a estrutura constituída a partir de práticas sociais construídas através da relação tempo-espaço, ela conforma-se na reprodução dessas práticas. Por isso,

Giddens considera as razões e as motivações dos atores para agir de determinada forma (GIDDENS, 2009).

O pequeno produtor-piscicultor vê muito pouco um dado da realidade que reconhece como uma estrutura, capaz de se impor a ele e restringi-lo em seus projetos e ações (FREITAS, 2011). Do ponto de vista objetivo, a dimensão da estrutura está, ali, expressa em um APL que gera resultados econômicos limitados e marginais pela baixa eficiência de todo o Arranjo. O produtor pode dimensionar seus pequenos projetos cotidianos vinculando-se às iniciativas governamentais que parecem indicar pouco de uma mudança de expectativas novas e substantivas sobre a vida econômico-familiar.

Do ponto de vista qualitativo começa a ganhar contornos (pela narrativa dos piscicultores) as razões para uma ordem econômica e social em desarranjo com os desafios competitivos contemporâneos. O organismo público e político “Prefeitura” constitui-se em forte empecilho à consecução dos objetivos do APL (...) (FREITAS, p. 91, 2011)

As características fundamentais da ação social são a racionalidade, a reflexividade e a intencionalidade indireta. A racionalidade traz a noção de que agir socialmente é agir com certo grau de racionalidade. A reflexividade trabalha o fato dos indivíduos possuírem a chance de, intervir na constituição do mundo social, onde o mundo social é uma das importantes bases sobre a qual se enraizam as razões dos indivíduos. O ambiente mostra os estímulos que fazem com que as escolhas e as ações dos indivíduos sejam marcadas pelo exercício maior e mais intenso de exposição de suas razões para fazer o que faz no tempo em que faz. A intencionalidade direta é o elemento não premeditado da ação. A ação busca a realização de um objetivo, há elementos da intencionalidade que acontecem indiretamente ou não premeditadamente. (GIDDENS, 2009).

A racionalidade do pequeno piscicultor é indicativa de seu ajustamento a uma ordem de realidade difusa que é o APL da piscicultura e materializa-se em práticas e rotinas que se constituem em sinalizações e disposições para interagir com os parceiros institucionais do arranjo produtivo. Os parceiros institucionais, por seu turno, deparam-se, na perspectiva da função e eficiência típicas, com este piscicultor e a sua racionalidade sobre o seu negócio (aqui, incluído o negócio Piscicultura, podendo ser assim caracterizado).

Entre a ação social básica e a ação social reflexiva, o piscicultor demonstra operar em níveis próximos: ele teve suas razões suficientes para entrar no projeto e

ponderou o quanto e como este projeto poderia afetar a sua vida e a vida de sua família, vendo as vantagens como maiores que os ônus a pagar. Ao final, resignado, o indivíduo piscicultor opera de maneira a ajustar a sua conduta aos limites que o próprio projeto apresentou, não ultrapassando uma conduta de ineficiência econômica (FREITAS, 2011).

Dessa forma, verifica-se mais claramente um comportamento racional quando do início e da adesão ao projeto e o exercício de uma racionalidade reflexiva no ajustamento do piscicultor durante e ao final de 2010 (período da pesquisa de campo), ponderando os erros e os acertos e os recursos à mão para continuar na atividade, ajustando sua conduta a um diagnóstico que faz nessas bases.

A descrição da perda, pelo piscicultor, de sua valiosa carga de carpa é a expressão profunda do desalento. Não tem e, portanto, não pode declarar, o acesso a instrumentos financeiros como o seguro. O suporte que instituições como a Polícia poderiam oferecer tem, ao final do evento da perda, a força da resignação. A sensação de estar só, de que a atividade no APL depende dele no sentido de que ele somente pode esperar por ele próprio, vai se sedimentando cada vez mais. Este sentimento afeta o conceito do APL no seu aspecto mais importante, o de ser um arranjo cooperativo (FREITAS, p. 92, 2011).

A dinâmica da interação social pode ocorrer nas formas face a face ou sistêmica. A face a face é sobre os processos de interação em que os indivíduos fazem suas práticas sociais em contextos de co-presença. A sistêmica liga-se a relações recíprocas entre os que estão fisicamente ausentes, fazendo com que as práticas reproduzam-se além da presença, mesmo com indivíduos interagindo socialmente o tempo todo.

A dinâmica de interação do pequeno piscicultor no que tange às instituições que o assistem é predominantemente face a face, podendo-se, constatá-lo nas entrevistas feitas com os representantes das instituições envolvidas (capítulo 3). Situações em que conhece novas técnicas e procedimentos são situadas em encontros e visitas. A conexão entre o piscicultor e as instituições pertencentes ao APL em bases de presença-ausência, que denotaria níveis maiores de sofisticação comunicativa e de absorção de conhecimento e técnicas, não é um traço significativo da interação corrente.

A teoria social de Giddens tenta dar um tratamento adequado ao aspecto do poder, apresentando-o como um dado constitutivo e inerente à vida social, não sendo necessariamente repressivo ou negativo. Nas práticas sociais, os indivíduos operam em suas práticas com os instrumentos e os mecanismos de poder à mão,

em graus diferenciados de conhecimento e controle sobre essas práticas. Como o poder, mais propriamente, relaciona-se à capacidade de obter resultados em relação aos recursos em jogo, os elementos de conflito são intrínsecos às situações de interação dos indivíduos entre si e nos níveis institucionais a que estão conectados.

O tópico do poder constitui-se em um aspecto particular quando se pensa a realidade social complexa que permeia o APL da piscicultura. No contexto dos parceiros institucionais, o fenômeno do poder ocorre pelas características intrínsecas de cada entidade, de sua funcionalidade e das vantagens operacionais dadas e suas vinculações com outras esferas de poder. Pode-se chegar a aferir uma hierarquia entre as entidades pelo predomínio de algumas delas sobre as outras de um ponto de vista político (maior grau de articulação com instâncias políticas diversas, federal, estadual e municipal) e prático (de agir de forma operacional no interior do APL).

A desarticulação dos piscicultores é verificada pela ausência de organismos representativos e ativos no encaminhamento das demandas e das soluções do setor. O indivíduo piscicultor, ademais, manifesta suas porções de poder nas injunções da vida cotidiana, seja no plano estrito do APL, seja no âmbito de sua família e de sua comunidade. Sua interação com os parceiros institucionais não ilustra capacidades maiores de produzir resultados conforme lhe apraz.

(...) quanto à racionalidade dos pequenos produtores sobre o papel do Estado esta foi mais destacada nos aspectos negativos, como a falta de segurança e a causa dos problemas sociais e foram menos relacionados com dilemas ligados a classes sociais ou falta de articulação da própria classe rural (sindicato). Nesse sentido, tornou-se possível entender que na equação racional sobre política, a figura do Estado é a esfera que gera os desarranjos sociais: as ineficiências do Estado como instituição que causam até mesmo desmotivações dos atores políticos que necessitam desses projetos coletivos (...) e não o fazem porque estão desconectados. Os problemas sociais são gerados menos por fatores internos de ordem econômica e da ação mais ou menos eficiente dos agentes econômicos, como o sindicato e seus representados. Na visão dos pesquisados, a esfera política produz os efeitos sociais perversos e não o contrário. Naturalmente, com a esfera pública deficiente, resta ao piscicultor o reforço na sua aprovação da esfera da família e da intimidade, verificado no alto patamar de preferência no investimento de tempo e energia do tempo livre nas esferas da família e amigos (FREITAS, p. 93, 2011).

A princípio, como meio de análise para comparação, foi pesquisado para a presente dissertação, um estudo realizado sobre um APL da Piscicultura no Estado do Mato Grosso do Sul, na região de Dourados, intitulada *O papel do ambiente*

institucional e organizacional na competitividade do APL da Piscicultura na região de Dourados-MS de Ângelo Mateus Prochmann.

Prochmann (2007) analisou o papel do ambiente institucional e organizacional na competitividade do arranjo produtivo local da piscicultura na região de Dourados/MS, interpretando o APL como uma modalidade das chamadas economias de proximidade que se caracterizam por empresas de pequeno ou médio porte organizadas em torno de uma determinada atividade produtiva, onde há um ambiente propício para a interação local. O interesse do autor estava em focar os fatores “disponibilidade de matéria prima”, “clima”, “fertilidade do solo”, “facilidade de acesso a grandes centros consumidores” e a “infraestrutura”, “mão de obra”, entre outros. O evento econômico é entendido sempre levando em consideração as vantagens comparativas e relativas geradoras, ao final, de maior ou menor competitividade.

Prochmann esforçou-se para compreender as organizações e as instituições em seus relacionamentos formais e informais entre empresas e demais agentes envolvidos no que tange ao capital social destes indivíduos e suas organizações, fosse a confiança entre os membros da comunidade e na ação de grupos para atingir objetivos comuns. Foram considerados ainda os fatores endógenos ou exógenos oriundos das organizações, das instituições do ambiente tecnológico e competitivo, bem como das estratégias individuais das próprias empresas. Além disso, o tema da regulamentação da produção e dos mercados perpassa todo o estudo.

Para o autor, a partir da complexa estrutura de relações entre agentes produtivos, que se formam em torno do arranjo produtivo, e também do papel do ambiente organizacional e do institucional é que se pode determinar a competitividade individual ou sistêmica. Estabelece, assim, uma correlação direta entre o ambiente e o desempenho dos agentes, podendo favorecer ou prejudicar o desenvolvimento da atividade produtiva.

Prochmann empregou as noções de “competitividade sistêmica” para pontuar as variáveis mais relevantes para análise do desempenho da atividade, e a “nova economia institucional” para abordar mais diretamente as variáveis organizacionais e institucionais. O ponto de partida da explicação está na diferenciação de produtores e mercados segundo níveis de competência e dinamismo. Enquanto alguns produtores já têm internalizados os conceitos da nova economia na produção e

comercialização, produzindo e transferindo-as para o ambiente econômico, outros apresentam baixa produtividade e competitividade, demonstram menor capacidade de captar e processar as informações tecnológicas, mercadológicas e gerenciais com rapidez. Acabam, na maioria das vezes, acumulando perdas significativas da remuneração de seus investimentos ou ainda sendo excluídos do sistema pela baixa capacidade de financiamento e investimento na atividade produtiva. Assim sendo, política pública do APL é uma das soluções para que estes agentes econômicos não sejam excluídos definitivamente do sistema econômico.

Estes arranjos produtivos, por sua vez, apresentam variações e diferenciações segundo as características locais, fazendo que os projetos em funcionamento consigam resultados mais ou menos competitivos em suas tentativas de convergência para este sistema econômico mais robusto e competitivo, de alcance mais nacional e internacional. Este é o diagnóstico econômico em que o autor situa o APL da piscicultura em Mato Grosso do Sul.

Baseando-se em estudos de Fajnzylber (1992), Prochmann aponta o que reconhece como fundamental em se tratando de transformações produtivas:

(...)transformações visando elevar a produtividade da mão-de-obra, sustentar a competitividade internacional autêntica apoiada na incorporação do progresso técnico, fortalecer e ampliar a base empresarial, estabelecer relações de cooperação construtiva entre os governos, setores empresarial e laboral, baseados em acordos estratégicos que dêem permanência as políticas econômicas (FAJNZYLBBER, 1992, p. 21-28).

O autor recorre, ademais, a Meyer-Stamer (2000) para concordar que a competitividade sistêmica, naquilo que ela tem de bem sucedido, não se cria apenas com fatores micro de empresas e do nível macro das condições macroeconômicas em geral, mas também com medidas específicas de governos e de ONGs para fortalecer a competitividade de empresas (nível meso) — em que a capacidade de articular macro e meso políticas de promoção depende tanto de estruturas fundamentais políticas e econômicas, como de constelações de atores. De forma complementar, supõe-se que as organizações cooperam no sentido de reduzir os custos das transações, influenciando no desenvolvimento de novas regras e, conseqüentemente, na articulação, na transformação e na geração de ações que atendam aos interesses dos agentes produtivos e ampliem o desempenho deles.

Nesse enfoque, a produção de qualquer bem ou serviço guarda correspondência com uma ordem de realidade que tem uma formação histórica de

construção de identidades, assim como de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum.

É importante destacar que a investigação sobre arranjos produtivos locais no Brasil estende-se em diversas tipologias e variantes, adotadas de acordo com as características dos estudos propostos, como pode ser visto, por exemplo, nos trabalhos do SEBRAE que difundiu este conceito, vendo, nele, um importante instrumento de desenvolvimento, direcionando recursos para o fomento de inúmeras aglomerações de empresas em todo o país⁶. O papel da cooperação, neste caso, é ressaltado como o fator principal para a consolidação de aglomerados de empresas de pequeno e médio porte.

Para o BNDES, a existência de um aglomerado de empresas em si não significa a vigência de um APL, mas de um arranjo em potencial. A questão chave para entender e definir um APL é observar prioritariamente as chamadas vantagens competitivas locais estáticas ou retroalimentáveis. Um dado relevante é o das interdependências estabelecidas entre as empresas e os empreendimentos que induzem à formação de redes relacionais coordenadas, geralmente por acordos formais ou informais, de cooperação entre os atores.

Prochmann compreende que o APL da piscicultura de Dourados já apresenta certo grau de encadeamento de interdependências, em maior ou menor grau de desenvolvimento, que vai desde o fornecimento de insumos como alevinos, ração, adubos (químicos e orgânicos), equipamentos e máquinas necessárias a atividade desenvolvida pelos piscicultores, que são fornecidos por determinados agentes econômicos, até a transformação e a distribuição realizada pela indústria frigorífica, peixarias, restaurantes, supermercados. Há uma considerável estrutura educacional universitária na região, apesar de não existirem cursos voltados à atividade da piscicultura. Além da rede de ensino instalada, esta região conta com importantes organizações de apoio, como os escritórios regionais do SEBRAE, do SENAI, e do SENAR, entre outros. Também existem, na região, unidades do IBAMA e da EMBRAPA, ligadas ao Governo Federal.

Outra ênfase importante no trabalho de Prochmann foi a análise do conjunto de regras formais e informais que regulam ou determinam a ação dos agentes, assim como as organizações instituídas. São as regras do jogo que permeiam todo o

⁶IN:http://www.tcinetwork.org/media/asset_publics/resources/000/001/594/original/Termo_de_Referenci_a_p_Atua_do_Sistema_SEBRAE_em_APLf

arranjo produtivo. As instituições analisadas no estudo de Prochmann restringem-se principalmente ao aparato legal formal (legislações) ligado ao meio ambiente, uma vez que estas são as principais regras que afligem a atividade, segundo o autor (legislação ambiental). Na maioria das vezes, as instituições formais são fáceis de serem identificadas, cada qual atendendo a determinados objetivos. Já as informais são os acordos compartilhados pelos agentes econômicos e institucionais com o objetivo de reduzir o risco e, conseqüentemente, os custos das transações a partir da relação de confiança que se desenvolve em torno do arranjo produtivo.

Para Prochmann, o aparato legal (instituições formais) existente para a piscicultura, em todo o Brasil, surgiu, inicialmente, a partir da estrutura criada para regulamentar as alterações no meio ambiente, estabelecendo normas de proteção e outras providências, de atividades extrativistas, como é o caso da pesca artesanal ou industrial. A totalidade da legislação da aquicultura e da pesca é tratada uniformemente, isto é, composta por leis, decretos, instruções normativas e medidas provisórias muitas vezes genéricas, que estabelecem competências similares, principalmente para as organizações públicas de âmbito federal ou estadual, mesmo quando se trata de atividade produtiva diferente. Outra característica é que as regras que dizem respeito a piscicultura costumam ser constantemente adaptadas de outras atividades semelhantes, como as normas para a criação de camarões, moluscos, algas marinhas ou outros grupos de espécies, atividades geralmente encontradas nas regiões do litoral do país.

É importante salientar o principal aparato institucional que influencia a atividade que, no caso, é aquele vinculado ao meio ambiente. Cabe ao poder público federal o controle sobre a utilização dos recursos hídricos e naturais para fins comerciais. Já o poder público estadual é responsável pela avaliação e pela autorização para a instalação, criação, industrialização e comercialização do produto produzido. Nos Estados, o gerenciamento de recursos hídricos é extremamente variado, sobretudo no que se refere à existência de órgãos ou entidades específicas de meio ambiente, responsáveis pelos direitos de uso dos recursos naturais. Pode-se afirmar que a criação de peixes em todo o território brasileiro é afetada por leis tributárias, sanitárias, de exportação e importação, dentre outras, sendo que tais leis e regras geralmente são estabelecidas por autoridades do poder executivo e não resultam de uma discussão social.

O fato de utilizar legislações semelhantes à da pesca ou ao do cultivo de outros animais aquáticos (ex.: crustáceos) diferentes do peixe, cria situações em que a piscicultura aparece como geradora de impacto ambiental e acaba por provocar um amplo leque de providências necessárias a sua regularização, segundo o autor.

Dentre as conclusões de Prochmann, salientam-se as diferentes barreiras que, a despeito dos resultados um pouco melhores dos últimos anos, ainda se verificam, uma baixa articulação entre as organizações federais, estaduais e municipais e entre estas e o setor privado. Além disso, as regras formais existentes mostraram-se, principalmente aquelas voltadas à proteção e à preservação do meio ambiente, como custos adicionais da atividade produtiva para muitos atores. Assim sendo, a informalidade da atividade tende a permanecer alta até que estes gargalos sejam superados.

A presente dissertação de mestrado centra sua análise no nível operatório de poder das instituições parceiras do APL entre si. Invariavelmente, chegar-se-á à fronteira em que as entidades conectam-se com o pequeno piscicultor em seus esforços por obter mais resultados, nos níveis de realidade em que navegam. O campo de interação que envolve o indivíduo piscicultor e os parceiros institucionais no APL guarda o dado contingente de uma realidade aberta: pode acontecer uma profusão de consequências não premeditadas com resultados não previsíveis no imbricado de interações em todos os níveis e intraníveis. A abordagem adotada, aqui, de todo modo, concebe esta esfera econômica (socialmente constituída) do APL como um constructo econômico marginal e residual quando são levados em consideração os patamares de competitividade globais do agronegócio, mas com força societária suficiente para estabelecer e restabelecer os códigos e os mecanismos estruturadores das interações e das práticas.

As possibilidades e as impossibilidades de certos resultados das ações individuais e coletivas previamente concebidas não invalidam a pretensão sociológica de estabelecimento de padrões das relações sociais, posto que são práticas recursivas, apenas perde a rigidez de outros tempos e modelos, em face das novas dinâmicas no tempo e no espaço. Em contextos de ausência, a estrutura representa-se como uma ordem virtual e os sistemas são a materialização das estruturas sociais. São determinadas características da propriedade estrutural que possibilitam a existência de práticas sociais visivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo-espaço, conferindo-lhe uma roupagem sistêmica.

O APL em si é um estratagema (uma política pública) científico-tecnológico, político e de mercado com alguns poucos anos de teste (o histórico do APL encontra-se registrado no capítulo 2). Contudo, os indivíduos envolvidos trazem consigo valores e práticas sociais culturalmente enraizadas que podem ser decodificadas no contexto de atuação do APL. “Nas práticas diárias tem-se o desempenho das rotinas, onde os *agentes*⁷ alimentam um sentimento de segurança” (FREITAS, p. 46, 2011).

As instituições envolvidas reterão muitos desses valores recursivamente reproduzidos. De um ponto de vista recursivo, o que o APL da piscicultura reproduz são os elementos de ineficiência econômica e organização política e social frágeis para se articularem a projetos econômicos com algum grau de complexidade, como é o caso de um Arranjo Produtivo.

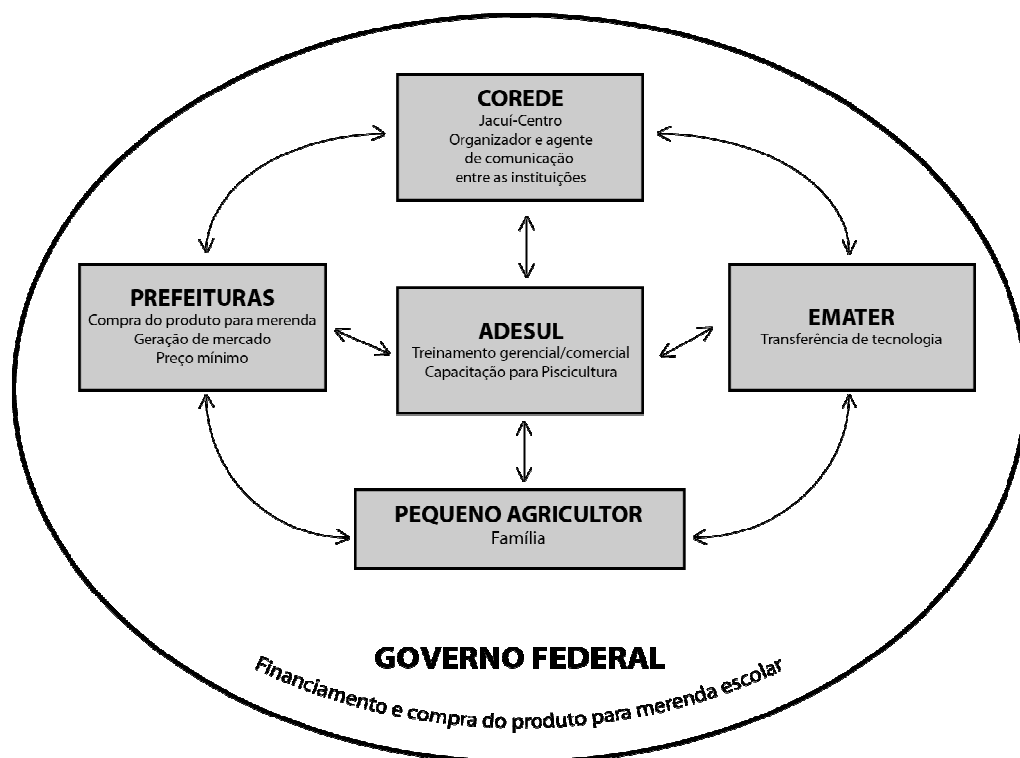


Figura 1.1 - Fluxograma com as instituições envolvidas no Arranjo Produtivo Local da Piscicultura do COREDE Jacuí-Centro – Análise desta dissertação.

Ainda sobre os pressupostos teóricos adotados nesta dissertação, de forma complementar, buscar-se-á captar a racionalidade da ação individual do pequeno piscicultor, desde o início do projeto até o tempo em que a pesquisa de campo foi

⁷ Indivíduo piscicultor (grifo meu).

realizada (novembro e dezembro de 2010), tentando perscrutar como o piscicultor ajustou-se e ajusta-se ao ambiente institucional do APL, em que operam as instituições com responsabilidades legais, técnicas e políticas para dar o suporte que o projeto, registre-se, o que piscicultor no seu dia a dia, precisa⁸.

É preciso avaliar estas respostas adaptativas do piscicultor ao ambiente institucional, dimensionando prioritariamente as ações dos indivíduos que são as instituições componentes do APL. Os resultados das ações de todos esses atores permitem situar o evento do APL da Piscicultura da região do COREDE Jacuí-Centro como válido para ser reconhecido como uma política pública como de fato, um APL deve ser reconhecido.

A presente pesquisa, porque se centra no nível de realidade das instituições que interagem dando suporte ao APL da piscicultura, tenta dimensionar a relação entre as escolhas que o piscicultor pode ter à mão à luz dos recursos e instrumentos resultantes da interação entre as instituições componente ao APL da piscicultura. Supõe-se que a lógica de funcionamento dos parceiros produzirá resultados que determinarão o intervalo de possibilidades de ação dos indivíduos piscicultores em suas rotinas.

⁸ Esta análise pode ser verificada na dissertação *“Desenvolvimento humano e qualidade de vida: a racionalidade do piscicultor do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura no município de Restinga Seca no Rio Grande do Sul”* de Tanise Dias Freitas (2011), citada anteriormente.

2 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

Definições e seus possíveis arranjos institucionais

Os objetivos deste capítulo são representados pelo propósito de descrever um arranjo produtivo local, bem como analisar o ambiente organizacional e institucional sob a ótica do referencial teórico apresentado no capítulo anterior.

2.1 Arranjo Produtivo Local como Política Pública

Arranjos Produtivos Locais – conforme o *Termo de referência para política nacional de apoio ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais*⁹ – são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. O APL tem o seu foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que possuem vínculos mesmo que incipientes. Costuma envolver a participação e a interação com empresas - que podem ser produtoras de bens e serviços finais, também fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Os arranjos produtivos locais podem incluir diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

O termo APL foi desenvolvido no final dos anos 90 e teve uma difusão rápida no país. Foram vários os esforços de entidades envolvidas (junto com os governos em suas respectivas gestões) para a compreensão do termo e a sua promoção, pois envolve um intenso aprendizado e a incorporação de conhecimento e, como se verifica na dissertação, um APL apresenta uma rede de conhecimentos e conexões extremamente complexa.

No *Termo de Referência* em comento, é explicado que o fenômeno da aglomeração de empreendimentos de uma mesma atividade produtiva em uma

⁹ IN: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1289322946.pdf

determinada região geográfica já possui uma vasta literatura nacional e internacional, desse modo, existem várias denominações e ênfases diferentes para o mesmo termo. O mesmo fenômeno é, às vezes, denominado arranjo produtivo local, sistema produtivo local ou mesmo *cluster*. No Brasil, a expressão mais difundida é Arranjo Produtivo Local.

Um APL deve ter a seguinte caracterização para ser reconhecido como tal, em consonância com o *Termo de Referência*: ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante; compartilhar formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança e pode incluir, ademais, pequenas, médias e grandes empresas.

A difusão e a popularização do termo, na esfera pública federal, fez com que o governo federal tratasse o APL como prioridade de governo, a partir dos Planos Plurianuais desde 2000¹⁰, no Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2007-2010¹¹ e na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008-2013¹². A principal medida governamental, nesse sentido, foi a criação de uma instância de coordenação das ações de apoio a APLs no país, o “Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais” (GTP APL)¹³, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e integrado por 33 instituições públicas e privadas. Estes esforços contribuíram para a adesão ao termo para além da esfera pública federal, estimulando a criação de Núcleos Estaduais de Apoio a APLs em cada uma das Unidades da Federação, assim como iniciativas privadas de organismos de representação empresarial e de agências internacionais.

A criação e o desenvolvimento de um projeto para APLs dentro do governo resultou (na década de 90 até os dias de hoje) em ações de apoio a atividades produtivas com foco no território que passaram a ser organizadas a partir da noção de APLs, como é o caso do APL em questão no estudo.

Com a consolidação do projeto para iniciar os APLs no Brasil, concluiu-se que conceitos restritos, modelos únicos, taxonomias e metodologias descontextualizadas e mapeamentos baseados em indicadores econômicos convencionais não captam a

¹⁰ IN: http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/ppa_2000-2003.htm

¹¹ IN: <http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/cct/ap>

¹² Mais informações sobre o Plano de desenvolvimento Produtivo no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e comércio exterior: IN: <http://www.mdic.gov.br/pdp>

¹³ Ver informações sobre o GTP APL p. 35.

realidade do país e consideram apenas partes dos sistemas de produção e inovação. Tais considerações estimulam o desenho de modelos de desenvolvimento mais abrangentes e adequados às especificidades e heterogeneidade, de mesmo modo que valorizem as questões regional, social, cultural, ambiental, tecnológica, organizacional e de inovação, próprias ao caso brasileiro, como demonstrado no *Termo de referência*.

O caráter inovador dos APLs está no fato de terem tornado-se tão importantes dentro de um projeto para um país que ainda sofre com diferenças regionais extremas, pois o APL, considerado como política pública, procura sanar problemas socioeconômicos trabalhando e pesquisando a partir desses problemas específicos das determinadas regiões, que se apresentam possibilitadas a receber um APL.

Para o desenvolvimento, a elaboração e a execução dos APL, no Brasil, foi instituído, em agosto de 2004, pela Portaria Interministerial número 200¹⁴, o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL, como citado anteriormente, que é o principal responsável pela enorme difusão de APLs no país, uma vez que organizou e estabeleceu guias, manuais e aprendizagem para a execução dos APLs.

A função do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais é elaborar e propor diretrizes gerais para a atuação do governo no apoio a arranjos produtivos locais em todo o território nacional. Por esse motivo, torna-se necessário definir-se seu trabalho para consolidar os Arranjos produtivos locais como uma política pública do Estado.

A atuação e o trabalho do Grupo acontecem na manutenção do tema na agenda pública, ou seja, a sua principal função é a atuação na logística de levar aos possíveis interessados em executar um APL informações sobre como se dá sua organização, e os conselhos sobre como deve ser conduzido.

Foram realizados onze estudos pilotos com APLs pelo GTP APL, o que foi decisivo para a elaboração da Estratégia de Ampliação da Atuação do GTP APL, visualizando-se, a partir desse estudo, a necessidade de adoção de mecanismos de acolhimento de projetos e o envolvimento de instituições estaduais para estimular e comprometer as lideranças dos APLs nos processos de elaboração dos Planos de

¹⁴ IN: http://www2.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sdp/proAcao/APL/Portaria200pag17_18.zip

Desenvolvimento e consequentes articulações institucionais e empreendedoras (envolvimento estadual, como no APL da piscicultura abordado nesta dissertação).

Para cumprir esse papel, os Núcleos Estaduais, ou organizações semelhantes nos Estados, passariam a induzir as demandas dos APLs, bem como fazer a análise de suas propostas e a promoção das articulações institucionais com vistas ao apoio demandado em cada Plano de Desenvolvimento - como no caso do APL em estudo, em que ficou delegada a função de logística ao COREDE Jacuí-Centro¹⁵.

O apoio aos APL por instituições público-privadas e do Estado parte do pressuposto de que diferentes atores locais (empresários individuais, sindicatos, associações, entidades de capacitação, de educação, de crédito, de tecnologia, agências de desenvolvimento, entre outras) podem mobilizar e coordenar o APL, identificando suas demandas, por iniciativa própria ou por indução de entidades envolvidas com o projeto.

A metodologia de atuação conjunta entre parceiros e Estado na execução dos APLs busca um acordo entre os atores locais contemplados com o projeto para organizarem suas demandas em um Plano de Desenvolvimento único e, ao mesmo tempo, comprometê-los com as formas possíveis de solução para o desenvolvimento do APL. Essa metodologia do GTP APL intenta valorizar a iniciativa local, por meio do estímulo à construção de Planos de Desenvolvimento participativos, envolvendo instituições locais e regionais, buscando acordo por um diálogo comum e por uma articulação local com capacidade para estimular o processo de construção do Plano de Desenvolvimento.

Sendo assim, o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais atua como uma espécie de administrador técnico de base para as execuções dos APLs e pode ser considerado o passo inicial, um guia para todos os possíveis arranjos técnicos que cada APL conterà (governos estaduais, ONGs, instituições público-privadas, parceiros, sindicatos).

¹⁵ Explicação sobre COREDE no capítulo 3.

2.2 Histórico da Implantação do APL de Piscicultura nos Municípios do COREDE Jacuí-Centro (RS)

A data da proposta do APL remonta a junho de 2007. A proponente foi a Agência de Desenvolvimento de São Sepé (primeiro nome da ADESUL, que, hoje, é Agência Sul-americana de Desenvolvimento), enquanto que o COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento) consta no projeto como entidade interveniente, sendo que o período de duração do APL foi estimado em 24 meses.

O projeto do APL da piscicultura foi organizado e planejado pelo COREDE Jacuí-Centro¹⁶ e a execução ficou a cargo da OSCIP ADESUL¹⁷. O recurso destinado ao APL veio do Ministério da Integração Nacional, aprovado em duas parcelas de financiamento, perfazendo um total de 500.000 reais.

- Ficha Técnica¹⁸:

Total do Projeto:	R\$ 579.643,38
Valor a ser financiado:	R\$ 561.643,38
Contrapartida:	R\$ 18.000,00 (3,11%)
Beneficiários diretos:	685 Produtores Rurais ¹⁹
Beneficiários indiretos:	3.500 pessoas (mão de obra familiar)
Custo por Propriedade:	R\$ 846,19 (incluído o valor de contrapartida)
Estimativa de incremento de renda por propriedade:	R\$ 1.140,00

- Entidades Parceiras²⁰:

- * EMATER/RS;
- * Universidade Luterana do Brasil – ULBRA/Cachoeira do Sul;
- * Universidade Federal de Santa Maria – UFSM;
- * Sindicatos Rurais dos Municípios do COREDE Jacuí-Centro;
- * Sindicatos de Trabalhadores Rurais;
- * Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR;
- * Prefeituras dos municípios que compõem o COREDE Jacuí Centro;
- * Secretarias Municipais de Agricultura;
- * Secretarias Municipais de Educação.

¹⁶ Capítulo 3.

¹⁷ Idem nota anterior.

¹⁸ Conforme dados da Agência de Desenvolvimento da Região Sul (ADESUL, 2007).

¹⁹ Pertencentes aos sete Municípios do COREDE Jacuí-Centro

²⁰ Capítulo 3.

Foram sete os municípios contemplados, todos os integrantes do COREDE Jacuí-Centro - Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Restinga Seca, São Sepé e Vila Nova do Sul (figura 2.1).

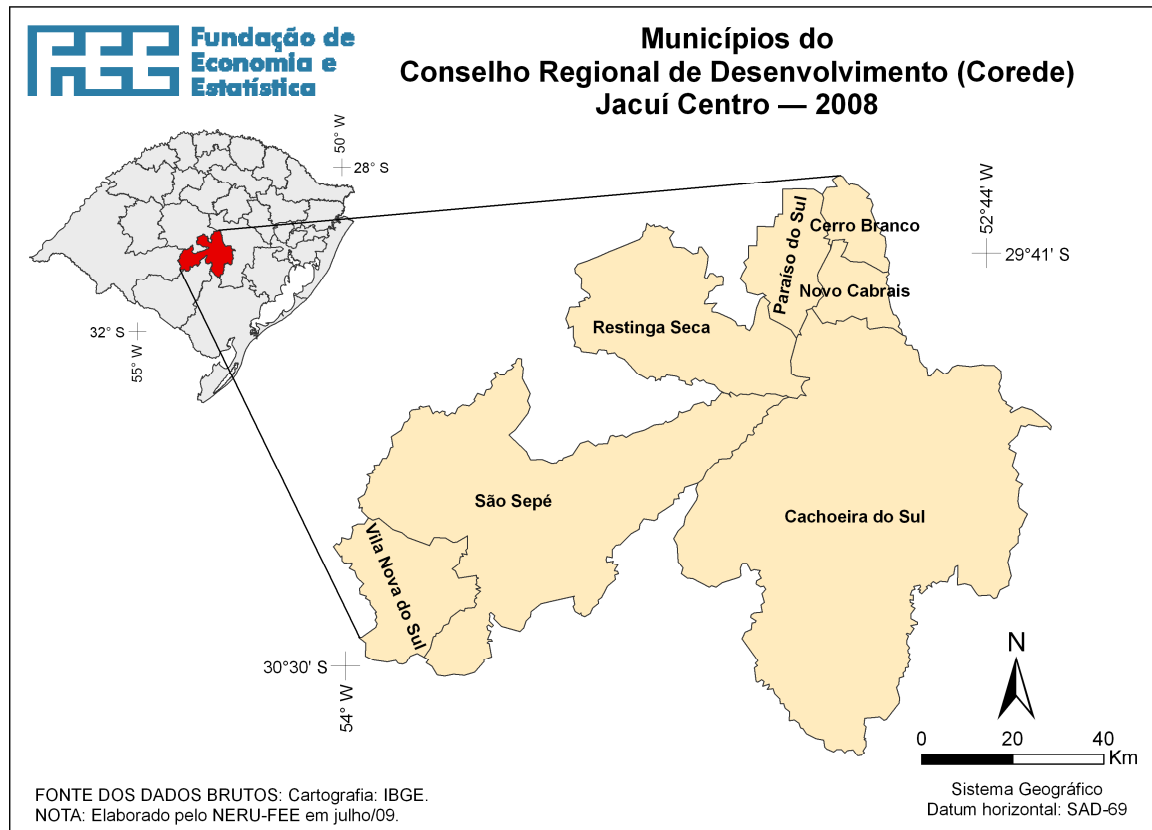


Figura 2.1 - Mapa do Rio Grande do Sul, com os municípios do COREDE Jacuí-Centro em destaque²¹.

Os problemas típicos do território da região centro-sul do Estado do Rio Grande do Sul – econômicos, sociais e políticos – também considerados no projeto inicial²² são as condições da agricultura familiar principalmente; pequenas propriedades familiares inviabilizadas, em dificuldades financeiras, baixa diversificação de atividades no meio rural e forte necessidade de alternativas para a geração de trabalho e renda (60% das propriedades da região vivem da agricultura familiar).

O projeto tinha como objetivo proporcionar ao produtor rural da região - através da piscicultura – uma importante fonte geradora de renda, valendo-se dos

²¹ IN: <http://mapas.fee.tche.br/municipios-do-conselho-regional-de-desenvolvimento-corede-jacui-centro-2008.html>

²² Conforme dados da Agência de Desenvolvimento da Região Sul (ADESUL, 2007).

recursos existentes na propriedade. A proposta do projeto buscava viabilizar as pequenas propriedades rurais, a partir de um modelo de Arranjo Produtivo Local voltado à piscicultura em toda a extensão de sua cadeia produtiva.

Na região de abrangência do APL, aqui estudado, 60% das propriedades rurais são classificadas como familiares²³.

As características hídricas e geográficas da região constituem um potencial a mais para o desenvolvimento desta atividade econômica, tendo em vista que possui amplo território composto por rios, açudes e outras áreas alagadas, sendo a área disponível para a piscicultura de 45.381 ha (IRGA, 2006)²⁴, constituindo, assim, um ambiente ideal para este tipo de criação. Segundo Roczanski (2000), estas características topográficas, climáticas e hídricas, aliadas à disponibilidade de produtos e subprodutos agropecuários propiciam excelentes condições para o desenvolvimento de uma piscicultura diversificada nas águas interiores a um baixo custo de produção – o que é primordial para um desenvolvimento por conta dos agricultores, que se caracteriza por baixo poder aquisitivo.

Outra vantagem presente é o fato do arroz ser uma das principais culturas agrícolas da região, juntamente com o fumo - grande parte das famílias incluídas no APL planta as duas culturas ou uma delas – já que existe a possibilidade do reaproveitamento da água, através do cultivo semi-extensivo de peixes, aproveitando, desta forma, a área subutilizada pelo arroz.

Os agricultores da região, que já trabalhavam com peixe antes do APL, concentram sua produção para a Semana Santa (FREITAS, 2011) - o que foi considerado, pelo projeto do APL, um subaproveitamento de áreas privilegiadas, que possibilitam uma produção muito maior do que somente aquela voltada para a época referida. Os produtores vivenciam o medo de uma produção com mais regularidade do que somente uma semana por ano, pela incerteza da venda em outros períodos. Ademais, a cultura do consumo da carne do peixe é baixíssima ou quase inexistente, uma vez que o consumo da carne vermelha está arraigado à cultura do gaúcho²⁵.

²³ Conforme dados da Agência de Desenvolvimento da Região Sul (ADESUL, 2007).

²⁴ Idem nota anterior.

²⁵ IN: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=pecuaria2009>

O projeto prevê a venda do produto manufaturado (produção do peixe no frigorífico - *fishburger*²⁶) para escolas estaduais que o aproveitam para a merenda escolar. Esse consumo seria o início, talvez de um hábito - tornando regular o consumo de peixes para crianças e jovens, o que determinaria uma nova cultura de alimentação. Apesar disso, o medo dos produtores continua, pois até que o frigorífico possa comprar os seus peixes - quando este estiver pronto - os agricultores não teriam garantias de venda (FREITAS, 2011). Ressalta-se que as variáveis capacitação e assistência técnica para os produtores são os principais quesitos a serem conduzidos.

Em relação à oferta do peixe, para o projeto do APL, constatou-se a baixa produtividade. No levantamento realizado pela ADESUL, para o início do projeto, verificou-se a existência de 685 produtores de peixe, com um total de 1.020 tanques e açudes, somando 905,7 hectares de lâmina d'água e uma produção total de 229 toneladas/ano de peixe. Isto confere uma média de 0,88ha de lâmina de água por produtor e uma produção de 222 kg/ha/ano/produtor. Essa análise dos dados mostra que a região possui potencial para aumentar a produtividade para 2.349,8 kg/ha/ano.

Os estudos do projeto, além disso, constataram a necessidade de construção e manutenção dos açudes já existentes (apesar de que, para a Piscicultura – suas técnicas propriamente ditas –, ser necessária a construção e a utilização de tanques, e não açudes – pois a forma apropriada facilita o manejo do peixe - figura 2.2).

²⁶O termo equivale à definição de um hambúrguer de carne de peixe, com a seguinte composição: 80% de carne de peixe; 10% de farinha de mandioca; 0,3% de sal, 1,5% de alho, 0,5% de condimentos e especiarias e 5,5% de água, constituindo-se, pois, em um alimento de alto valor nutricional. (Fonte: Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro, 2006)



Figura 2.2 - Tanques para Piscicultura, obedecendo as formas geométricas apropriadas para este tipo de produção²⁷



Figura 2.3 - Foto de um açude construído para o APL da Piscicultura do COREDE Jacuí-Centro (crédito: Edson Blini).

²⁷ Imagem do site; IN: <http://www.codevasf.gov.br>



Figura 2.4 - Açude de uma propriedade inserida no APL da Piscicultura do COREDE Jacuí-Centro (crédito: Edson Blini)



Figura 2.5 - Tanque em fase de construção em propriedade inserida no APL da Piscicultura do COREDE Jacuí-Centro (crédito: Edson Blini)

Outros problemas, inicialmente, encontrados foram a baixa qualidade genética²⁸, sanitária e nutricional dos alevinos; a quase inexistente capacitação técnica e a baixa profissionalização para atuar na organização da cadeia produtiva do peixe cultivado; assim como a necessidade de adequar as novas espécies para atender o mercado.

Sendo essas carências apresentadas pelo projeto do APL –, as respostas foram o diagnóstico para enfrentar os problemas que, equacionados, conduzam ao desenvolvimento da piscicultura. O que se evidenciou foi a necessidade de:

- Popularização do hábito de consumo de carne de peixe a partir de uma oferta permanente do produto;
- Capacitação dos produtores e dos técnicos locais para o manejo da criação de forma racional e profissionalizada;
- Uma assistência técnica devidamente preparada para assessorar os produtores em todas as etapas da produção, possibilitando um produto final padronizado e com melhor qualidade;
- Apoio e investimento do poder público municipal para a construção de novos tanques e açudes e adaptação dos existentes;
- Criação de mecanismos para agregação de valor ao produto, como a industrialização da carne e aproveitamento integral da produção;

FONTE: *Dados da Agência de Desenvolvimento da Região Sul (ADESUL, 2007).*

De acordo como projeto do APL, os principais pontos a serem enfrentados e que precisariam de mais atenção para a execução são a capacitação e a assistência técnica. Isso porque a capacitação é extremamente importante para um desenvolvimento correto da piscicultura, visto que ela exige um nível de profissionalização por parte dos produtores para que se processe da maneira adequada.

A profissionalização do criador de peixes, segundo pesquisa para execução do APL, deve ocorrer para que sejam realizadas corretamente as seguintes etapas:

- Criação;
- Construção e manutenção dos açudes;

²⁸ Conforme dados da Agência de Desenvolvimento da Região Sul (ADESUL, 2007).

- Produção do peixe, propriamente dita;
- Despesca²⁹;
- Controle de enfermidades aquáticas;
- Controle de recursos hídricos;
- Industrialização;
- Comercialização e consumo.

A assistência técnica a esses produtores, assim como cursos profissionalizantes são peças fundamentais para o correto manejo desses produtores no tocante à atividade pesqueira. No projeto, estão explicitados essas etapas citadas acima, considerando-se como deveriam ocorrer e em quanto tempo deveria acontecer a assistência até que os produtores pudessem “caminhar com suas próprias pernas” para levar adiante o objetivo do APL que é proporcionar-lhes uma fonte alternativa de renda.

Sendo assim, notou-se a necessidade de um programa de capacitação técnica para os produtores e de todos os técnicos envolvidos no projeto (os representantes das prefeituras, Secretarias de Agricultura envolvidos com o APL).

O estudo do projeto, conforme já se mencionou, concluiu que a região possui potencial para aumentar a produtividade para 2.349,8 kg/ano por produtor³⁰. Com esse dado, os envolvidos com o projeto do APL (COREDE e ADESUL) decidiram iniciar o programa da piscicultura com a produção pelo cultivo da espécie de peixe carpa no sistema de policultivo³¹ - e, em um segundo ciclo, inserindo espécies nativas, como o jundiá (*Rhamdia quelen*).

A produção do peixe, a princípio, seria facilitada pelo fato do peixe escolhido para a produção (*carpa-capim*) utilizar uma alimentação alternativa (restos de comida), geralmente já disponível na propriedade. Segundo o projeto, esse fato proporcionaria baixo custo com a criação e, mesmo assim, um produto de alta qualidade, saudável, com boa aceitação no mercado e a preço baixo.

A espécie de peixe carpa foi escolhida por ser uma espécie de rápido crescimento, facilmente adaptável ao cultivo em tanques e receptiva ao uso de

²⁹ Retirar a água e colher os peixes ou retirar os peixes de um açude com redes (arrastão).

³⁰ Conforme dados da Agência de Desenvolvimento da Região Sul (ADESUL, 2007).

³¹ Idem nota anterior.

alimentação artificial e alternativa (restos de comida) considerada, por isso, de fácil manejo. Mesmo a carpa sendo uma espécie exótica, pois ela pode competir pelo alimento natural com outras espécies nativas, o projeto prevê telas para separação das espécies (fuga das carpas³²) e, dessa maneira, evitar danos ao ecossistema. As carpas são consideradas um peixe cosmopolita, “sendo criadas em todos os continentes, obtendo esta popularidade devido a sua rusticidade, rápido crescimento e finalmente por serem uma fonte de proteína de excelente qualidade”. (CHILTON e MUONEKE, 1992).

Essas características apresentadas quanto ao que foi projetado para o início da execução do APL é o aporte do projeto para a etapa de aprendizagem das técnicas de produção e a produção em si. Até o presente momento, deve-se ressaltar que o APL foi executado conforme idealizado e descrito no projeto da ADESUL para o APL, mas com muitos entraves que serão apontados em continuidade.

A piscicultura é uma atividade que difere das já tradicionais da região estudada (por exemplo, a pesca “artesanal”). Há necessidade de acompanhamento dos produtores de forma intensiva até que se tornem rotina os procedimentos de controle da produção. Em função desta realidade, foi projetada uma assistência técnica atuando junto com os produtores, como um reforço do quadro existencial da área. Para isso, o APL foi concebido em união com entidades como a EMATER, para a transmissão de conhecimento aos produtores.

No projeto da ADESUL para o APL, primeiramente foi apresentado as etapas iniciais para a cadeia produtiva, como descrito acima. Logo após, passou-se, descritivamente para o processo de industrialização, que buscava ampliar o mercado para sua comercialização.

O principal aspecto da industrialização projetada seria o beneficiamento do *fishburger*. Para o projeto, a produção do *fishburger* representaria a garantia de um mercado cativo para os produtos oriundos da piscicultura – e também uma diminuição do preço da carne comprada pelos Governos Estadual e Federal destinada à merenda escolar e, concomitantemente, seria uma oportunidade para oferecer uma alimentação mais saudável aos alunos matriculados na rede pública de educação (isso visto que o APL abrange a venda do peixe manufaturado para as

³² Idem nota anterior.

escolas da rede pública, caso esse fosse produzido). Trata-se, no caso do *fishburger*, de um alimento de baixo custo e alto valor nutricional a ser inserido na merenda escolar das escolas da rede pública municipal e estadual, bem como direcionada a estruturas como asilos, creches, hospitais e órgãos governamentais através do convênio CONAB-Agricultura Familiar³³, voltado justamente à viabilização do pequeno produtor rural. O Governo Estadual, por sua vez, comprometeu-se com essa compra.

A inserção de um *fishburger* de 50 gramas, por exemplo, com periodicidade semanal na merenda deste segmento consumidor corresponde ao fornecimento de 89.948 porções/mês de carne ou derivados de peixe, totalizando aproximadamente 800.000 porções em um ano. Isto equivale a um fornecimento de 40.000 quilos de carne peixe para a merenda escolar (Dados da Agência de Desenvolvimento da Região Sul ADESUL, 2007).

Caso esse programa de fidelização para a venda do peixe (*fishburger*) se consolidasse para a merenda escolar, o arranjo propiciaria a reaplicação de recursos nos próprios municípios, que foram estimados no valor de R\$ 400.000,00, segundo dados da Agência de Desenvolvimento da Região Sul (ADESUL, 2007).

Após a fidelização da venda do peixe, a previsão do projeto era a implantação de unidades de abate e processamento da produção de peixe nas próprias propriedades. E, ato contínuo, foi projetada a construção e a implantação do frigorífico regional do peixe em Cachoeira do Sul/RS³⁴.

Assim como a implantação do frigorífico, também se projetou o início de uma Cooperativa do Peixe para os produtores – que, pelo projeto, deveria ser voltada para a gestão do processo de industrialização pelos próprios produtores e a comercialização do produto.

A ADESUL e o COREDE, entidades que desenvolveram o projeto de inicialização do APL aqui descrito, acreditaram que, através da cooperativa, a atividade se fortaleceria pela maior integração entre os produtores e, como decorrência, a estrutura se organizaria, fortalecendo-se para, assim, acontecer a sua

³³ O Sistema de Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, beneficiando produtores enquadrados nos grupos A ao D do PRONAF (...), organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais. Através desta operação, o produtor familiar poderá comercializar a sua produção até o limite individual de R\$ 2.500,00. Para efeito do presente Projeto, isto equivale a afirmar que existe um teto de R\$ 1,7 milhão para comercialização dos produtos oriundos do APL de Piscicultura. (Fonte: Ministério de Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar – SAF) – Conforme dados da Agência de Desenvolvimento da Região Sul (ADESUL, 2007).

³⁴ Em anexo notícia sobre a intenção da construção do frigorífico (anexo 1).

expansão, comandada pelos próprios produtores envolvidos, de modo que o APL teria cumprido seus objetivos, o que até agora não aconteceu.

Os objetivos do APL, caso fossem realizadas todas as etapas de seu desenvolvimento são:

- Incrementar a renda de 685 pequenos produtores em regime de agricultura familiar com um acréscimo médio mensal inicial de até três salários mínimos, utilizando-se a mão de obra já disponível na propriedade, atingindo aproximadamente 3.500 beneficiários diretos, o que equivale afirmar que, a partir de um investimento aproximado de R\$1.000,00 por propriedade e ao final do primeiro ciclo de produção (por volta do 13º mês do Projeto), haverá um retorno mensal estimado em R\$1.140,00 por propriedade³⁵.
- Produção de alimentos a custos acessíveis ao consumidor de baixa renda;
- Fixação do homem ao campo, tendo, na piscicultura, uma alternativa de renda;
- Transformação da região num mercado de oferta de proteínas originadas do peixe.

FONTE: Dados da Agência de Desenvolvimento da Região Sul ADESUL, 2007.

Nessa fase inicial de projeções, que, aqui, se destaca, a viabilidade do projeto passava pela busca da sustentabilidade econômica, social e ambiental da atividade, tendo em vista que foi programada, para a alimentação dos peixes, a utilização dos recursos alimentares oriundos da própria propriedade agrícola, conforme mencionado anteriormente. Com baixo investimento também se tornaria possível a industrialização com o aproveitamento dos resíduos gerados no processamento (carcaças, peles e escamas), gerando a redução do impacto ambiental.

A partir disso, caso tivessem sido realizadas as etapas descritas, propostas no APL, o COREDE e a ADESUL consideraram possível a expansão da atividade, que seria levada a outros pequenos agricultores da região do COREDE Jacuí-Centro

³⁵ Segundo dados da Agência de Desenvolvimento da Região Sul (ADESUL, 2007).

e, com esse aumento de produtores, ligados a piscicultura, conseqüentemente, projetou-se a abertura de novos mercados.

O fato da região de abrangência do APL ter o arroz como uma das suas principais culturas agrícolas tornou esse fato um dos pontos positivos para o desenvolvimento do APL, segundo o projeto, pois possibilitaria a Rizipiscicultura³⁶, que geraria um ganho duplo, tanto para a produção de arroz como para a piscicultura. Ocorrendo da maneira correta, a produção integrada do arroz e do peixe, pode chegar-se a multiplicação da produção em cinco vezes, podendo diminuir, além disso, os custos com mão de obra, além da redução na utilização de agrotóxicos, segundo o projeto.

A produção através da Rizipiscicultura aumenta o valor do arroz, que se torna um produto orgânico e, por isso, um produto apto a receber o selo verde³⁷.

Outro ponto que, em conformidade com o projeto, poderia ser desenvolvido como potencial atividade com o avanço do APL seria a implantação de uma estação de alevinagem (estação – tanque para a reprodução do peixe) em alguma - ou algumas - propriedades inseridas no projeto, viabilizando a padronização genética e os tamanhos dos alevinos desenvolvidos para criação, o determinaria a centralização de seu processo de comercialização junto aos próprios produtores³⁸.

Todas essas ações possibilitariam uma repercussão positiva quanto à preservação de ecossistemas e contribuiriam para a permanência das pequenas propriedades agrícolas familiares inseridas no projeto no meio rural, um dos objetivos principais do APL.

³⁶ Cultivo consorciado de arroz irrigado com a criação de peixes.

³⁷ O Selo Verde é um rótulo colocado em produtos comerciais, indicando que a sua produção foi feita atendendo a um conjunto de normas pré-estabelecidas pela instituição que emitiu o selo. O Selo Verde atesta, por meio de uma marca colocada voluntariamente pelo fabricante, que determinados produtos são adequados ao uso e apresentam menor impacto ambiental em relação a outros similares. A diferença de rotulagem ambiental para a Certificação de Sistema de Gestão Ambiental é que o que está sendo certificado é o produto, e não o seu processo produtivo. O principal objetivo é deixar claro para o consumidor que o produto está de acordo com critérios de excelência de qualidade. (...) A aceitação do Selo Verde pelo consumidor é garantida pela confiança depositada no emitente do selo. (Fonte: www.setor1.com - segundo dados da Agência de Desenvolvimento da Região Sul -ADESUL, 2007).

³⁸ Também consta, no projeto, a possibilidade da implantação de tanques para a reprodução e o desenvolvimento dos alevinos até a idade juvenil – o que proporcionaria uma maior chance de sobrevivência a predadores (ADESUL, 2007).

3 PARCEIROS DO APL DA PISCICULTURA DA REGIÃO DO COREDE JACUÍ-CENTRO

O arranjo institucional, principal objeto desse estudo sobre o APL da piscicultura, conta com vários personagens, tendo desenvolvido o projeto e o executado até o presente momento. Esses integrantes são o COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento) Jacuí-Centro, a ADESUL (Agência Sul-americana de Desenvolvimento), a EMATER (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), as Prefeituras que compõem o referido COREDE (no caso presente, a prefeitura de Restinga Sêca) e Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Luterana do Brasil, *campus* Cachoeira do Sul. Aqui, essas instituições serão analisadas quanto aos seus estatutos, funções e objetivos e sua atuação na elaboração e execução do projeto.

3.1 COREDE Jacuí-Centro

Primeiramente, cabe a discussão sobre a definição de COREDE, que significa Conselho Regional de Desenvolvimento. Trata-se de uma iniciativa política do estado do Rio Grande do Sul para o desenvolvimento das diversas regiões. Coordenados pela Fundação de Economia e Estatística, o estado é dividido em 24 COREDES, sendo o COREDE Jacuí-Centro responsável pela região em questão no APL, que abrange os municípios de Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novos Cabrais, Paraíso do Sul, Restinga Sêca, São Sepé e Vila Nova do Sul. Acrescenta-se que todos os municípios do COREDE Jacuí-Centro estão inseridos no APL da piscicultura.

Segundo a definição do SEBRAE³⁹, a missão do COREDE é:

Ser um espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas, em nível regional, através da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões do Rio Grande do Sul⁴⁰.

Nesta mesma linha apresentada pelo SEBRAE, constitui a visão do COREDE:

Articular os atores sociais, políticos e econômicos das regiões, inclusive colaborando para organizar os segmentos desorganizados, transformando-os em sujeitos coletivos capazes de formular suas próprias estratégias de

³⁹ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

⁴⁰ IN: http://www.mesosul.org.br/ftp/central/conteudo/conceitos_objetivos.htm

desenvolvimento e, assim, serem construtores de seu próprio modelo de desenvolvimento regional⁴¹.

São objetivos do COREDE:

I - formular e executar estratégias regionais, consolidando-as em planos estratégicos de desenvolvimento regional; II - avançar a participação social e cidadã, combinando múltiplas formas de democracia direta com representação pública; III - constituir-se em instância de regionalização das estratégias e das ações do Executivo, Legislativo e Judiciário do Rio Grande do Sul, conforme estabelece a Constituição do Estado; IV - avançar na construção de espaços públicos de controle social dos mercados e dos mais diversos aparelhos do Estado; V - conquistar e estimular a crescente participação social e cidadã na definição dos rumos do processo de desenvolvimento gaúcho; VI - intensificar o processo de construção de uma organização social pró-desenvolvimento regional; VII - difundir a filosofia e a prática cooperativa de se pensar e fazer o desenvolvimento regional em parceria⁴².

O COREDE Jacuí-Centro, responsável pelo APL da piscicultura, é um dos personagens principais do arranjo técnico. Ele é o mediador entre o Governo Federal, a ADESUL e todos os outros parceiros. As demandas legítimas dos cidadãos, cooperativas e demais representantes das comunidades para chegarem até a esfera federal precisam da legitimidade que o COREDE possui. Assim, todos se reportam ao COREDE. Os recursos vindos do Ministério da Integração Nacional, antes de repassados às instituições, são aprovados pelo COREDE em assembleia com todos os municípios envolvidos.

Os principais dados que caracterizam o COREDE Jacuí-Centro são:

- População Total (2010): 143.341 habitantes
- Área (2010): 8.098,6 km²
- Densidade Demográfica (2010): 17,7 hab/km²
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2007): 18,34 por mil nascidos vivos
- PIBpm(2008): R\$ mil 1.867.283
- PIB per capita (2008): R\$ 12.646
- Exportações Totais (2008): U\$ FOB 19.073.895⁴³

Segundo o atual presidente do COREDE Jacuí-Centro, o Sr. Theonas Baumhardt, a instituição, que ele representa, não operacionaliza os projetos – mas faz a articulação e a fomentação, sendo, pois, responsável pelo diálogo entre os municípios inclusos no COREDE, considerando-se que esse diálogo é fundamental para o APL, visto que, por se tratar de um projeto regional, são necessários diversos

⁴¹ IN: http://www.mesosul.org.br/ftp/central/conteudo/conceitos_objetivos.htm

⁴² Idem nota anterior.

⁴³ IN: <http://www.fee.tche.br/sitefee>

tipos de acordos em que a unidade, o consenso entre os integrantes torna-se imprescindível.

A função do COREDE, especificamente nesse projeto, é de prestação de contas (para o Ministério e municípios), da mesma forma que obter a concessão da licença ambiental para o frigorífico, caso esse ainda continue no projeto (em decorrência das últimas reuniões entre os integrantes do APL, o frigorífico não é mais uma certeza).

O Sr. Theonas Baumhardt caracterizou a entidade, que representou na entrevista, como uma instituição mista (uma parceria público-privada), a qual tem uma abrangência regional. Acrescentou que são diversos os projetos nos quais o COREDE atua, mas não especificou as áreas em que são desenvolvidas as principais ações das instituições, pois são vários tipos de projeto em execução.

O COREDE é o canal de convergência do APL, segundo o Sr. Baumhardt. Ele comentou que a instituição não atua em uma área específica, mas na organização como um todo. São várias as ações desenvolvidas pela instituição, o que abrange diversos públicos, mas no caso do APL, o público-alvo é o pequeno produtor. A instituição em questão não tem contato direto com os produtores, esse contato acontece através da ADESUL que, para o Sr. Baumhardt, é a responsável pela comunicação entre as instituições que participam do APL.

O conhecimento acerca da piscicultura do entrevistado dá-se em nível de organização, de coordenação do projeto. As ações do COREDE, exclusivas ao APL da Piscicultura são a sua atividade supervisora e a ação política (entre o APL e o Governo Federal).

As principais dificuldades enfrentadas pelo COREDE na implementação do APL foi e é a ausência de um nivelamento entre os parceiros – um mais adiantado e outro mais atrasado em relação à execução do projeto do arranjo. As ações quanto à implantação foram avaliadas como medianamente eficazes, pois são muitos os entraves no projeto – que prevê parcerias, mas a “engrenagem” não está dando certo – segundo o entrevistado. Mesmo avaliando como medianamente eficazes, no que confere à importância dessas ações para o desenvolvimento do arranjo, o Sr. Baumhardt coloca-as como extremamente importantes, pois acredita que é a partir do fortalecimento dos pequenos agricultores que este APL irá se tornar uma alternativa de renda.

Os mecanismos de análise utilizados pelo COREDE, para avaliar os resultados e a satisfação dos produtores incluídos no arranjo, são os dados fornecidos pelos técnicos que trabalham no APL (os técnicos agrícolas das Prefeituras que atuam na Secretaria de Agricultura) e também os dados fornecidos pela ADESUL.

As reclamações dos produtores com o APL que chegam ao conhecimento do COREDE dizem respeito ao fato dos produtores não visualizarem o “futuro” prédio do frigorífico, bem como a falta de apoio das prefeituras. Apesar disso, o Sr. Baumhardt acredita que as prefeituras estão prestando um bom apoio ao produtor. Por outro lado, a sua avaliação da infraestrutura, dos recursos físicos, em termos de quantidade e qualidade é ótimo – assim como também o é a infraestrutura em termos de qualidade. Para a quantidade da infraestrutura (recursos humanos), segundo o Sr. Baumhardt, é considerado bom.

Das instituições envolvidas com o APL, a avaliação do Sr. Baumhardt é média para as prefeituras e para a EMATER (no caso de Restinga Sêca, especificamente, ele avaliou a prefeitura como ótima), as Universidades envolvidas foram avaliadas como ótimas, e a ADESUL como “mediana”, nas palavras do entrevistado. Acredita-se que faltam ferramentas de análise para a ADESUL realizar o seu trabalho da melhor forma possível.

Cabe destacar que o COREDE não utiliza e nem gera nenhum tipo de informação sobre a Piscicultura, pois a instituição encarregada dessa função, segundo o Sr. Baumhardt, é a ADESUL.

A expectativa de crescimento da atividade na região do COREDE Jacuí-Centro, para o entrevistado, é de grande crescimento da piscicultura, aliando esse crescimento no APL. Acredita, além disso, que não existem barreiras para os novos empreendimentos da piscicultura.

Todos os agentes econômicos envolvidos no APL da piscicultura foram avaliados como bons pelo Sr. Baumhardt, quanto ao nível tecnológico (fornecedores de insumos, produtores alevinos, engorda, transportadoras, atacadistas e varejistas), excluindo dessa avaliação apenas o quesito do frigorífico, pelos problemas e pelas barreiras que existem para a sua execução, sendo assim, avaliado como péssimo, em função dos atrasos com o projeto do mesmo.

As dificuldades de financiamento e acesso ao crédito privado, o descumprimento da legislação ambiental e sanitária, a baixa organização da

atividade, o baixo consumo de pescado em relação aos outros tipos de carne, e a sazonalidade e a inconstância na produção e demanda são os principais aspectos que reduzem ou inibem a capacidade produtiva da piscicultura para o presidente do COREDE Jacuí-Centro. Quanto aos aspectos institucionais, as principais barreiras para a piscicultura, na visão do Sr. Baumhardt, são a baixa assistência técnica e a extensão rural pública e os poucos investimentos fiscais diferenciados, além de políticas públicas específicas. Já quanto aos problemas que reduzem a capacidade inovadora da piscicultura, o entrevistado citou a baixa oferta de cursos especializados (assistência técnica), a baixa capilaridade das ações de assistência técnica e extensão rural, os baixos investimentos em pesquisa, a dificuldade de acesso a novos produtos e processos, a ausência de políticas da qualidade dos produtos, a precariedade do ambiente científico de pesquisa e a concentração produtiva. Os pontos críticos que inibem o APL são a capacidade de coordenação da piscicultura, a baixa cooperação e associação entre os empreendimentos, bem como a baixa representação e participação dos integrantes do APL e a ausência de empresa motriz, segundo o entrevistado.

Para solucionar esses pontos que inviabilizam (ou já inviabilizaram) um bom percurso para o projeto do APL, o Sr. Baumhardt respondeu que o que se faz necessário é uma melhor capacitação técnica (investimento nesse setor), uma melhor organização da produção – desenvolvimento do APL, e um estudo qualificado do mercado – da produção industrial à comercialização.

A proximidade geográfica dos agentes econômicos, o capital humano, o capital social e o capital cívico são todos fatores extremamente importantes para o entrevistado, quanto ao que se refere ao desenvolvimento da piscicultura. Quanto à influência das regras formais (leis) da piscicultura, Sr. Baumhardt acredita que elas possuam média influência no desenvolvimento da piscicultura, pois afirma que não é nada que inviabilize esse desenvolvimento. Além disso, ele considera que o produtor sempre deve se adequar a todas as leis sobre a regulamentação da atividade.

No que tange à influência da cultura local (consumo de carne, por exemplo) na competitividade da piscicultura, o representante do COREDE avalia que é um fator extremamente importante, pois o consumo de peixe é quase nulo, característica cultural da região.

As instituições que o entrevistado identificou como agentes coordenadores que influenciam ou determinam a difusão de informações e estratégias na piscicultura, no caso deste APL, são a EMATER e o SENAR.

Sua avaliação das políticas públicas dos governos Federal, Estadual e Municipal, quanto ao apoio à fomentação da produção, à atração de novos empreendimentos e à regularização e fiscalização da piscicultura, é de que trata de um aspecto fraco. Já a disponibilidade de serviços técnicos especializados e a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos são tidos, pelo entrevistado, como ruins.

3.2 ADESUL – Agência Sul-Americana de Desenvolvimento

A ADESUL, Agência Sul-Americana de Desenvolvimento, é uma OSCIP, *Organização da Sociedade Civil de Interesse Público*, responsável pela elaboração do projeto. A OSCIP fez o estudo estatístico e apresentou a viabilidade do projeto em Assembleia do COREDE, sendo assim, adquirindo direito de operacionalizar o projeto.

Essa OSCIP foi criada em 25 de setembro de 2001, com o nome de “Agência de Desenvolvimento de São Sepé”. Sua criação deu-se com base no Programa de Desenvolvimento de São Sepé, no Estado do Rio Grande do Sul, que, como consta em seu *portfólio*, buscava retomar o desenvolvimento do Município a partir da exploração das vocações e potencialidades locais e da organização social da população. Como consta em seu estatuto “A ADESUL tem por fim integrar e consolidar a atuação dos principais agentes do desenvolvimento, setor público, comunidade empresarial, instituições de ensino e pesquisa, visando viabilizar uma sociedade desenvolvida (...)” (Dados da Agência de Desenvolvimento da Região Sul - ADESUL, 2007).

A partir do convênio firmado com o COREDE e os municípios integrantes, ficou sob responsabilidade da ADESUL a execução do APL, juntamente com as prefeituras. Isso significou a contratação de um técnico agrícola para assessorar os então “futuros piscicultores”.

Mas antes das visitas do técnico agrícola, foram realizados seminários com esses produtores classificados ou dispostos a entrar no projeto⁴⁴. No caso de Restinga Sêca, foram feitas reuniões para que os produtores, em questão, conhecessem o APL e, caso aceitassem participar, se inscrevessem para começar a receber o apoio técnico para construir a infraestrutura necessária para começar a produção do peixe para a piscicultura. Após isso, foram realizadas reuniões para aprendizagem sobre como produzir e como se caracterizava esse tipo de piscicultura proposta no APL. Essas reuniões aconteceram no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Restinga Sêca.

Após a adesão ao APL, o técnico contratado da ADESUL passou a visitar as propriedades cadastradas no projeto, dando suporte técnico. Enquanto isso, as prefeituras ficaram responsáveis pela construção dos tanques para receber o peixe.

Com o andamento “conturbado”⁴⁵ das atividades da ADESUL, seu papel restringiu-se a essa ação no andamento do APL, mesmo que a agência tenha recebido a primeira parcela do Ministério da Integração Nacional, aprovada em assembleia pelo COREDE e seus membros.

A estrutura da ADESUL envolvida com o APL, no momento da pesquisa, era de três pessoas. Presidente, gerente de projetos e o técnico agrícola já citado. Após aprovação do APL na assembleia do COREDE, a ADESUL recebeu a primeira parcela para execução do projeto (compra de equipamentos e pagamento dos funcionários envolvidos com o APL). O funcionamento do APL aconteceu, como já foi descrito, em reuniões, cursos sobre piscicultura e a construção dos tanques.

Tendo o APL iniciado em 2008, até o ano da pesquisa (2010 – 2011), somente a atividade de construção de tanques aconteceu e, mesmo assim, em poucas propriedades. Pelo projeto, essas propriedades inscritas já deveriam estar produzindo.

Em reunião do COREDE, no final do ano de 2010, para discussão do andamento do APL e prestação de contas, aconteceu o rompimento entre o COREDE e a ADESUL. Esta última ficou encarregada da prestação de contas aos integrantes do COREDE; o que não aconteceu. Sendo assim, a segunda parcela

⁴⁴ Por não receber essa e outras informações da ADESUL, fica impossível afirmar como ocorreu esse processo para escolha ou adequação dos produtores passíveis a entrar no projeto do APL.

⁴⁵ Todos os entrevistados tinham conhecimento de que a ADESUL estava em situação financeira instável.

destinada ao APL, aprovada pelo Ministério da Integração Nacional, não foi aprovada, em um segundo momento, em assembleia do COREDE com os municípios integrantes do APL (todos os integrantes da reunião votaram contra a liberação da segunda parcela) e, conseqüentemente, não repassados a ADESUL. Por isso, a ADESUL retirou-se do APL, com a manifestação de intenção de processar judicialmente o COREDE que, também, na ocasião da reunião, fez promessa de ir à justiça para resolver a questão e cobrar a prestação de contas, que a ADESUL não fez naquela reunião, como previamente havia sido combinado entre COREDE, ADESUL e municípios.

Para uma melhor elucidação da OSCIP ADESUL para essa dissertação foram solicitadas entrevistas com os membros responsáveis pela entidade. Como não houve resposta por parte deles, fez-se uma entrevista com o técnico agrícola da ADESUL que trabalhou exclusivamente com a assistência técnica para os futuros produtores de peixe, como será observado na entrevista que se segue.

Segundo o Sr. Edson Blini — técnico da ADESUL responsável pela extensão rural do projeto e contratado exclusivamente para atuar no projeto, especificamente para apoio técnico, pela capacitação e qualificação dos piscicultores para as rotinas da produção diária -, a ADESUL atuou de acordo com a legislação e normalização específicas que orientam as atividades da piscicultura. Compreende que a ADESUL atua no setor do Desenvolvimento Regional porque, a despeito de apoiar decisivamente a produção primária, desempenha um papel mais complexo como articulador dos vários organismos do arranjo produtivo.

A ADESUL disponibilizou para todo o projeto um único técnico que reconheceu suas limitações para dar conta de aspectos complementares como produção de insumos (ração, medicamentos, etc.), filetagem e frigorificação, engorda, distribuição (atacado e varejo). O técnico reconheceu que não atuou nessas outras dimensões, ainda que o APL pretendesse (no projeto elaborado) que estas ações fossem feitas pela ADESUL. O Sr. Blini admitiu, de imediato, que tinha domínio sobre estatísticas de produção, níveis de organização e coordenação da atividade, mas que, efetivamente, conhecimento pouco sobre a legislação, espécies de peixe e potenciais mercados e suas dinâmicas.

Na dinâmica da ADESUL, reuniões com o público-alvo (os produtores interessados em participar do APL da piscicultura) eram realizadas nos fóruns concebidos para tanto, incluindo as câmaras de vereadores dos municípios. Ali,

eram dadas as informações sobre o projeto ao tempo em que já eram ouvidas as demandas que vinham dos produtores. Seguiram-se a estas primeiras reuniões diversas visitas às propriedades dos piscicultores.

Perguntado sobre as dificuldades que identificava no cotidiano das ações previstas no projeto, o Sr. Blini destacava a de convencimento dos leigos sobre a efetividade das ações. Em último caso, a decisão é do piscicultor. Avalia o Sr. Blini que suas ações eram extremamente eficazes. Ainda sobre as dificuldades, pontua sobre a participação pequena das prefeituras, considerando que elas deveriam apoiar mais o projeto.

O Sr. Blini afirmou de que não conhecia reclamações por parte dos piscicultores com respeito às ações desenvolvidas, mas também, perguntado se a ADESUL possuía um instrumento de análise de resultados e avaliação de satisfação dos piscicultores, reconheceu que não havia um procedimento sistemático para a detecção de problemas.

Questionado sobre a infraestrutura que a ADESUL disponibilizava para as atividades da piscicultura, o entrevistado avaliou-a como boa (em termos quantitativos) e não respondeu sobre a qualidade do uso dessa infraestrutura. Sobre os recursos humanos (incluindo a si próprio), o Sr. Blini avaliou que a ADESUL disponibilizou, no quesito “quantidade”, somente o patamar “ruim”, mas perguntado sobre a qualidade, sem falsa modéstia, assinalou “ótimo”.

A avaliação de Sr. Blini sobre a participação efetiva dos demais parceiros institucionais é pouco substantiva, ainda que, sucintamente, informe algo, mas é dito sempre de maneira a não se comprometer, mesmo quando se insinue mais crítico. Sobre a EMATER, considera que não houve envolvimento; avalia que o COREDE “cumpriu seu papel”; as Secretarias da Agricultura das prefeituras atuaram na “integração com o projeto”, e que, no caso das Universidades (UFSM e ULBRA), ele, sempre que precisava, buscava conhecimento nessas instituições. Em face destas ponderações, avalia-se, de um modo geral, que o posicionamento do Sr. Blini é uma avaliação mais política do que uma avaliação institucional cuidadosa e sistemática. Guarda elementos de autopreservação na atitude de não criticar as demais instituições pertencentes ao APL. Dos piscicultores, sabe-se que, a começar pelas visitas técnicas que a ADESUL assumiu que faria, os parceiros todos falharam. A própria ADESUL é identificada pelos piscicultores como não tendo prestado apoio técnico contínuo, sistemático e sistêmico (FREITAS, 2011).

Assim, indagado sobre como a ADESUL projetava o crescimento da piscicultura para os próximos cinco anos, na área de abrangência em que atuou, o entrevistado não pontuou mais que um “pequeno crescimento”. Se, em outros cenários, os obstáculos ao desenvolvimento do APL podem estar relacionados a fatores como concorrência por preços, por outros grupos produtivos com custos de produção mais baixos, com penetração mais efetiva em mercados antigos e novos, no caso da piscicultura, o Sr. Blini destaca a “falta de profissionalização”.

A direção maior da ADESUL não respondeu ao convite para participar desta pesquisa. Após a assembleia em que aconteceu a saída da ADESUL do APL, a direção da ADESUL não respondia mais aos telefonemas, e-mails ou a quaisquer outros tipos de contato. Dessa forma, a única pessoa a falar pela entidade foi o Sr. Blini, contratado para prestar assistência técnica.

3.3 Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

No projeto original do APL da Piscicultura, como demonstrado anteriormente, constam a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) como integrantes do APL, para atuarem como base e fonte de pesquisa para um melhor aproveitamento da atividade da Piscicultura no APL. Assim como também seria outra fonte disponível de consulta para a assistência técnica juntamente com as outras instituições já citadas.

3.3.1 UFSM

Um dos principais compromissos das universidades com as suas respectivas comunidades é o de buscar respostas, através de suas pesquisas, para os problemas e desafios vividos pelas comunidades que lhe são afeitas.

No Estatuto da UFSM, precisamente no quinto artigo, encontram-se esses objetivos fundamentais, firmando tal compromisso: (Dos objetivos fundamentais – 5* artigo)

f) a extensão, aberta a participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na Instituição; e g) a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação⁴⁶.

⁴⁶ IN: www.ufsm.br

A UFSM consta, no projeto do APL, como fonte de conhecimento e como veículo de transmissão desse conhecimento para os futuros produtores. Sendo essa sua função, posta no projeto, deu-se a presença de professores e técnicos agrícolas nas reuniões com os produtores para ensino das técnicas da cultura da piscicultura. Além disso, a instituição foi uma fonte de pesquisa para o técnico agrícola da ADESUL e do técnico agrícola da Secretaria da Agricultura da Prefeitura de Restinga Sêca, que buscavam respostas para algumas dúvidas com os professores dos cursos de Zootecnia e do Colégio Agrícola da Universidade.

Rigorosamente, não aconteceu uma presença mais efetiva da Universidade no APL da piscicultura, em a transmissão de conhecimento sedimentado na Universidade (técnico, gerencial, etc.), nem a participação no COREDE Jacuí-Centro, sendo que este tinha o papel de articulador, de gerar estímulos que atraíssem novos parceiros.

3.3.2 ULBRA

Assim como a UFSM, a ULBRA também tem como um dos principais objetivos levar o conhecimento adquirido dentro da Universidade para a comunidade que a cerca. Em seu estatuto, no artigo sétimo, consta como alguns dos objetivos:

V - incentivar o trabalho de pesquisa, com vistas ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, aplicando os resultados no incremento social e econômico da comunidade. (...) VIII - promover o conhecimento e a compreensão dos problemas nacionais e regionais, e prestar serviços especializados à comunidade em resposta às suas necessidades e expectativas; IX - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes do ensino, da criação do conhecimento e da pesquisa aplicada⁴⁷.

A instituição consta, no projeto inicial do APL, como a UFSM. Mas, a princípio, sua ajuda foi o empréstimo de seus espaços para reuniões do COREDE, já que esse tem sua estrutura física localizada dentro da ULBRA. Todas as reuniões entre COREDE, ADESUL e municípios aconteceram, pois, nas dependências do *campus* Cachoeira do Sul da Ulbra.

O presidente do COREDE Jacuí-Centro é oriundo da ULBRA, o que denota um maior envolvimento desta Universidade no COREDE e nos projetos ali desenvolvidos. Entretanto, do ponto de vista da produção e transferência de tecnologia, não ocorreu o que se esperava de um parceiro tão importante.

⁴⁷ IN: www.ulbra.br

Diferentemente do que consta no projeto original do APL, segundo o qual deveria haver envolvimento das Universidades citadas com o processo de desenvolvimento da atividade promovido pelo APL – a piscicultura – aconteceu, na verdade, um envolvimento quase nulo. Foram reportadas algumas palestras para os técnicos envolvidos com o APL e, no caso da ULBRA, a disponibilização do espaço físico pelo COREDE (não só para o APL, mas todas as atividades do COREDE). Não há uma “culpa” visível por parte das Universidades, no que se compreende o atual estágio precário em que se encontra o APL.

Seria possível visualizar um possível envolvimento dessas Universidades, caso o APL estivesse em seus estágios mais avançados – para que fosse possível, de fato, a ajuda das Universidades para a produção do peixe.

3.4 EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

A EMATER é uma instituição do Governo Estadual do Rio Grande do Sul voltada principalmente ao aprimoramento e à assistência aos produtores/agricultores do Estado. Sua função é promover ações de assistência técnica e social, de extensão rural, classificação e certificação, cooperando no desenvolvimento rural sustentável.

São vários tipos de serviços prestados à comunidade rural, segundo informações do *site* da instituição:

Os mais de 2.000 empregados se esmeram em prestar assistência técnica e extensão rural, aos assistidos, sempre honrando com a missão da Instituição, de ajudar plantar um futuro melhor para quem produz e gera alimentos. Mantenedora de uma grande estrutura de capacitação rural, a EMATER/RS assumiu a responsabilidade em orientar o uso de tecnologias nas mais diversas áreas, quer na área de saneamento básico ou ambiental, quer para melhorar o desempenho de lavouras. Porta-voz da integração do jovem no meio rural e agente transformador da informação, repassa conhecimentos e experiências por meio de mais de oito eventos diários que promove diariamente na geografia gaúcha ou através de programas em rádios e tevês e publicações.

As tarefas do quadro funcional incluem a capacitação dos agricultores e jovens rurais e a identificação de saneamento básico como instrumento de saúde pública, ações que promovem proteção à saúde das populações e à preservação do meio ambiente. A agenda diária coloca em prática um conjunto de ações educativas e concretas que resultam no abastecimento de água para consumo humano, na disposição adequada dos esgotos domésticos e dos resíduos sólidos das propriedades rurais, e iniciativas que asseguram a segurança alimentar dos públicos assistidos, entendida principalmente como a produção de alimentos na propriedade. A Instituição

pensa em desenvolvimento sustentável na perspectiva da cidadania sem desconsiderar a necessidade de resgate da autoestima da população. E entende que é na conquista do respeito próprio e no resgate da autoestima que homens, mulheres, jovens, idosos e crianças do meio rural descobrem possibilidades coletivas de trabalho permanente por uma vida melhor, mais solidária e fraterna⁴⁸.

No projeto do Arranjo Produtivo Local, consta a EMATER como entidade parceira para o desenvolvimento do projeto. Antes disso, na formulação do projeto, a ADESUL utilizou-se das pesquisas já realizadas pela EMATER sobre a Piscicultura no Estado do Rio Grande do Sul – onde foi constatado que, entre os maiores entraves à piscicultura no Estado, se achava a falta de assistência técnica.

Com o andamento do projeto, a função específica da EMATER era de fornecer assistência técnica complementar e trabalho extensivo nas propriedades.

Em Restinga Sêca, município analisado como amostra pelo presente estudo, foi comprovado, através dos relatos dos diversos parceiros institucionais, enfatizando-se a Prefeitura do município (onde fica o escritório municipal da EMATER), que, de fato, a EMATER prestou o serviço de assistência técnica nas propriedades, juntamente com o técnico agrícola da ADESUL, mas de forma insatisfatória e sem continuidade.

3.4.1 EMATER de Restinga Sêca

Como a EMATER foi uma entidade presente na execução do projeto no município de Restinga Sêca, foi solicitado a um dos seus funcionários no município que respondesse a uma entrevista sobre sua função, os objetivos e o trabalho realizado no APL.

O Senhor Artemio Figueiredo, funcionário da EMATER de Restinga Sêca, ao relatar seu trabalho dentro do APL da Piscicultura, classificou a sua instituição de trabalho como uma parceria público-privada – com área de abrangência em todo o estado do Rio Grande do Sul. As principais ações desenvolvidas pela EMATER são apoio técnico e extensão rural na produção primária e o público alvo é o pequeno agente econômico (produtores). A EMATER é responsável pelos cursos e treinamentos disponibilizados aos produtores para participarem do APL.

No tocante à Piscicultura, o entrevistado expôs que a instituição em questão possui legislação específica para as atividades da piscicultura. No caso do APL, a EMATER, em Restinga Sêca, atua no setor da engorda do peixe nas propriedades

⁴⁸ IN: <http://www.emater.tche.br/site/>

vinculadas ao projeto. Os contatos com esses produtores acontecem através de visitas pessoais dos técnicos

O conhecimento do Sr. Figueiredo quanto à piscicultura local, conforme sua resposta, é sobre as espécies de peixes. Quanto às ações que ele expressa como exclusivas para a piscicultura da EMATER encontram-se a encomenda de alevinos, as orientações diversas ao produtor (conhecimento transmitido ao produtor sobre alimentação e ajuda na realização da Feira do Peixe Municipal – Semana Santa, e também quando o peixe está pronto para ser comercializado). As dificuldades para a execução dessas ações citadas foram, segundo o entrevistado, o conhecimento sobre o peixe do produtor – que considera não capacitado, pois falta conhecimento para colocar o projeto em prática e também a falta de material disponível para o APL. O entrevistado considera que são necessários recursos materiais para uma melhor orientação do produtor, pois, sem isso, as ações da EMATER tornam-se medianamente eficazes para o APL.

Melhores condições materiais para a EMATER são consideradas muito importantes para o desenvolvimento da competitividade da piscicultura e do APL, segundo o Sr. Figueiredo – porque isso proporcionaria um maior conhecimento aos técnicos da EMATER para melhor atender seu público-alvo – no caso também os integrantes do APL.

Não há nenhum mecanismo de análise de resultados e avaliação de satisfação dos produtores na instituição em questão. Mas, apesar disso, o Sr. Figueiredo argumentou que não há nenhum tipo de reclamação dos produtores quanto às ações desenvolvidas pela EMATER no projeto.

Sobre os recursos físicos da EMATER disponíveis para a utilização na piscicultura, tanto em termos de qualidade como de quantidade, o Sr. Figueiredo respondeu que considera ruim, pois não existe infraestrutura – o interesse em trabalhar com a piscicultura é relatado, mas não existem os meios materiais para melhorar essa questão/problema apontada pelo entrevistado.

Quanto aos recursos humanos disponibilizados pela EMATER para o APL da piscicultura, ele classificou como bom (são dois funcionários da EMATER de Restinga Sêca trabalhando também com o APL).

A avaliação do Sr. Figueiredo sobre as outras instituições vinculadas ao projeto do APL são as seguintes: quanto à Prefeitura, o entrevistado respondeu que, nos últimos dois anos, houve maior envolvimento com a questão da piscicultura,

muito em parte pelo próprio APL, que iniciou nesse período. Sobre as instituições universitárias vinculadas ao projeto, ele não possui conhecimento. O COREDE, segundo o Sr. Figueiredo, preocupa-se no tocante ao projeto do APL com a construção do frigorífico e a criação da associação dos piscicultores. Segundo o entrevistado o frigorífico também é uma preocupação da ADESUL, que é responsável por organizar os produtores para a venda do produto, junto com a Prefeitura.

Para o Sr. Figueiredo, a perspectiva de crescimento da piscicultura local nos próximos cinco anos é pequena, ele considera que a principal barreira para os novos empreendimentos, possibilitados pela piscicultura, é a comercialização do peixe. Além disso, avaliou que o nível tecnológico dos fornecedores de insumos é médio, assim com o da engorda. Os produtores dos alevinos foram avaliados como bons e, os processadores/frigoríficos, transportadoras, atacadistas e varejistas não foram avaliados pelo Sr. Figueiredo, argumentando que eles estão em etapa inicial, o que impossibilita a sua avaliação.

Os pontos críticos, os problemas que entram ou inibem a capacidade produtiva da piscicultura, conforme o entrevistado, são os altos custos das áreas e instalações, a carência de mão-de-obra qualificada, a baixa qualidade dos recursos naturais, as precárias condições de infraestrutura local, o baixo nível gerencial dos empreendimentos, o baixo grau do processamento do peixe; a escassa organização da atividade, a distância dos grandes centros consumidores, o pequeno mercado local, o baixo consumo de pescado em relação a outros tipos de carne e a sazonalidade e inconstância na produção e na demanda.

Quanto aos problemas enfrentados em relação aos aspectos institucionais, o Sr. Figueiredo respondeu que a frágil regulamentação da atividade, a burocracia na sua regularização e a rigidez da legislação ambiental são os principais problemas que entram o desenvolvimento da piscicultura (em referência aos aspectos institucionais). As ações que podem resolver essa situação, para o Sr. Figueiredo, são mudanças na legislação e maior apoio institucional e menos burocracia.

A capacidade de inovação da piscicultura na localidade tem como entraves, para o entrevistado, os seguintes aspectos: baixa oferta de cursos especializados, pequenos investimentos em pesquisas, baixo nível de informação sobre o mercado consumidor, ausência de políticas da qualidade dos produtos, precariedade do ambiente científico de pesquisa e a concentração produtiva – foco nas culturas

tradicionais da região (arroz e fumo). Para resolução desses problemas apontados pelo Sr. Figueiredo, ele acredita que a criação da cooperativa dos produtores de peixe em Cachoeira do Sul – RS, tornará possível a eliminação– pois sozinhos, ele pondera que os produtores não são capazes de resolvê-los.

No que se refere aos problemas enfrentados que reduzem ou inibem a capacidade de organização da piscicultura, o entrevistado respondeu que considera a baixa cooperação e associação entre os empreendimentos (cooperativas, associações), a baixa representação e participação em fóruns e a ausência de uma empresa motriz como os principais problemas inibidores de uma gestão bem organizada. E novamente postula, como solução, a criação da cooperativa dos produtores.

A proximidade geográfica dos agentes econômicas é importante para o desenvolvimento da piscicultura em conformidade com o Sr. Figueiredo, assim como também é o capital humano (estoque de conhecimento sobre o assunto e habilidade com os indivíduos) e o capital social (relação de confiança e cooperação entre os próprios indivíduos em determinada sociedade). O capital cívico (práticas de políticas democráticas, de confiança e interesse nos assuntos públicos e de interesse comum) é considerado relevante pelo entrevistado.

O Sr. Figueiredo considera que as regras formais têm média influência na competitividade da piscicultura. Apesar de afirmar que as leis podem ser um entrave, principalmente as leis sanitária e ambiental, as quais avaliou como negativas para o desenvolvimento da piscicultura. Por sua vez, a cultura local, as tradições de consumo propriamente ditas, para o entrevistado, têm alta influência na competitividade da piscicultura.

As entidades que o Sr. Figueiredo identifica como agentes coordenadores, que influenciam/determinam a difusão das informações e as estratégias no que se refere à piscicultura no município são a EMATER e a Prefeitura de Restinga Sêca.

As políticas públicas dos governos Federal, Estadual e Municipal, quanto ao apoio e ao fomento à produção, à atração de novos empreendimentos e disponibilidade de serviços técnicos especializados foram avaliados como ruim pelo entrevistado. Já a regularização e a fiscalização como fraca, e a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos como regular.

Por último, avaliou como fracas as ações voltadas para a piscicultura da universidade privada e das empresas e centros de pesquisas tecnológicas. A

universidade pública envolvida foi avaliada como regular, assim como os centros de capacitação profissional e de assistência técnica, os agentes financeiros e os sindicatos de empresas e trabalhadores urbanos e rurais. Os órgãos de apoio e fomento e as associações e cooperativas foram avaliadas como ruins.

3.5 Prefeituras (amostra de Restinga Sêca)

A função específica das Prefeituras, dentro do projeto, mais precisamente, as suas Secretarias de Agricultura, foi a de, assim como a EMATER, fornecer apoio técnico, político e, principal e fundamentalmente, as prefeituras teriam que ser os primeiros compradores por meio do instrumento legal das compras públicas para destinação à alimentação escolar.

O fornecimento dos instrumentos para a construção dos tanques para receber os peixes também ficou a cargo das prefeituras municipais (o instrumento para a consecução do trabalho, no caso de Restinga Sêca, era uma escavadeira).

Durante as reuniões para cadastramento dos integrantes (produtores) beneficiados pelo APL, foi feita uma lista de ordem para recebimento das máquinas para construção dos tanques/açudes nas propriedades. Sendo assim, após esse cadastramento, o técnico da Secretaria de Agricultura do município levava a escavadeira até as propriedades e acompanhava a construção desses tanques.

A atuação da Prefeitura como suporte técnico é quase nula. A parte técnica da Secretaria de Agricultura demonstrou, na prática, que as prioridades eram outras. Quando muito foram feitos alguns tanques dentro da lógica do apadrinhamento político, segundo os produtores inseridos no APL (FREITAS, 2011). Os demais parceiros avaliam a inserção da Prefeitura como deficiente e decisiva para os resultados pífios do projeto.

A prefeitura de Restinga Sêca foi apontada pelas outras instituições entrevistadas como ativamente presente na execução do projeto e, por isso, foi realizada entrevista para conhecer melhor o seu envolvimento com o APL.

A entrevista concedida pelo Técnico Agrícola da Secretaria de Agricultura da Prefeitura de Restinga Sêca – Sr. Marcelo S. de Freitas apontou as funções e os objetivos que a própria Prefeitura tinha/tem do projeto, assim como a sua própria visão como técnico encarregado do projeto do APL e a execução até então.

A abrangência dos serviços prestados pelo técnico agrícola no projeto, por ser funcionário da Prefeitura, é municipal. Dentro da categorização desse serviço prestado exclusivamente para o projeto, o Sr. Freitas citou apoio técnico/expansão rural, transferência de tecnologia, desenvolvimento da produção e capacitação e qualificação dos produtores. Mesmo com essa resposta, ele afirmou que a Prefeitura tem como ação, no projeto, a construção dos tanques nas propriedades – ou seja, a função propriamente dita da Prefeitura é proporcionar as máquinas e os operários para a construção dos tanques (isso também se deve ao fato de o atual estágio do projeto – no caso de Restinga Sêca – ser a construção dos tanques, pois ainda não há produção específica para a venda como descrita no projeto – somente venda direta do produtor para consumidor).

O Sr. Freitas informou que, na Prefeitura Municipal, há uma legislação específica que orienta a realização das atividades da Piscicultura, que são regidas por legislação/regulação. Os setores que a Prefeitura atua, na piscicultura, são a produção primitiva do peixe e a sua engorda, isso nas propriedades onde já existiam açudes e onde já terminaram a construção dos tanques – mesmo não havendo uma produção comercial. O público-alvo da Prefeitura é o pequeno produtor agrícola – assim como o do APL.

O trabalho do técnico agrícola acontece através de encontros com os produtores, visitas pessoais ou reuniões, assim como muitos contatos são feitos através do telefone ou da internet. Ele considera que seu conhecimento sobre a piscicultura local é total (estatísticas de produção, espécies de peixes, mercado, legislação, estrutura das organizações, organização/coordenação). E com esse conhecimento, as ações exclusivas para a piscicultura, atualmente, como já descrito, são a construção dos tanques e a sua ajuda na elaboração do projeto (visto que não seguiu como o primeiro planejamento, foram acontecendo alterações, adaptadas pelos próprios executores do projeto). O Sr. Freitas considera essas ações da Prefeitura muito eficazes para o APL e extremamente importantes para o desenvolvimento competitivo da atividade da piscicultura na localidade.

A prefeitura de Restinga Sêca não usufruiu de nenhuma análise de resultados, avaliação de satisfação das suas ações junto aos produtores. As reclamações que o técnico tem conhecimento são quanto a demora na chegada das máquinas para construção dos tanques nas propriedades e, principalmente, com as expectativas frustradas dos produtores com o APL. Sr. Freitas afirma que o APL não condiz com

a realidade atual da região. Apesar disso, a infraestrutura é avaliada pelo técnico como boa, tanto em termos de quantidade como de qualidade. Assim como também considera os recursos humanos disponíveis na organização do projeto como bom (qualidade quantidade).

Quanto a sua avaliação referente às outras instituições vinculadas ao APL, o Sr. Freitas forneceu sua opinião. Para o entrevistado, as Universidades vinculadas ao projeto (ULBRA e UFSM) não fizeram nada e considerou isso pelo fato da estrutura no campo (propriedades) não estar pronta para a execução de seus trabalhos. A EMATER tem avaliação ótima/excelente nas palavras do Sr. Freitas – considerou ainda que a instituição EMATER é paga pela Prefeitura (mesmo sendo uma instituição estadual). Para o técnico agrícola, o COREDE atua como gestor político, organizando reuniões entre os envolvidos e arregimentando meios para a concretização do frigorífico, tão esperado pelos produtores - é a entidade responsável pela arrecadação dos meios financeiros para a possibilidade da execução do projeto, segundo o entrevistado. Sua avaliação da OSCIP ADESUL também é ótima, excelente, pois a assistência técnica, além de ter ajudado os produtores, auxiliou-o também. Essa assistência técnica que o técnico agrícola da Prefeitura recebeu da ADESUL é a base de suas informações sobre a piscicultura. Além da sua formação como zootécnico e o material de apoio concedido pela EMATER.

O Sr. Freitas prevê um pequeno crescimento para a atividade da piscicultura para os próximos cinco anos e considera que não existem barreiras para esse desenvolvimento dos novos empreendimentos da piscicultura.

Sua avaliação dos processos técnicos que já existem em algumas das propriedades vinculadas ao APL, é boa, mas somente para os fornecedores de insumos (ração, medicamentos, etc.) e produtores de alevinos (no caso de Restinga Sêca, o sindicato dos agricultores é quem vende os alevinos aos produtores interessados). A engorda tem avaliação média (numa escalada de péssimo, ruim, médio, bom e excelente). Os outros itens não foram avaliados, pelo fato de, na opinião do entrevistado, não existirem (processadores/frigoríficos, transportadoras, atacadistas e varejistas).

Os principais pontos críticos que reduzem ou inibem a capacidade produtiva da piscicultura em Restinga Sêca, para o Sr. Freitas, são os altos custos das instalações, a carência de mão de obra qualificada, a baixa qualidade do produto (o

que já existia – antes do APL), a baixa organização da atividade e a inconstância na produção e na demanda pela carne do peixe. Não consegue formar uma avaliação quanto aos aspectos institucionais por considerar que não existe uma cadeia institucional formada.

A possibilidade de inovação da piscicultura, em consonância com o entrevistado, é prejudicada pelo baixo nível de informação sobre o mercado consumidor (a demanda pelo produtor). Considera também que não há uma pesquisa quanto à *carpa*, peixe escolhido para iniciar a produção no APL – não sabe como orientar os produtores nesse manejo (o domínio adequado da água e o conhecimento da produção para a posterior comercialização).

A baixa representação e participação dos produtores nos fóruns, reuniões sobre o APL, a ausência ou a pouca informação sobre a atividade e também a inexistência de uma empresa motriz são consideradas pelo Sr. Freitas como os principais problemas que reduzem a capacidade de coordenação da piscicultura na localidade – e afirmou, ainda, que esses problemas apontados só serão resolvidos com o início da produção como apresentado no projeto do APL (visto que o entrevistado considerou que ainda não há produção).

Para o Sr. Freitas, a proximidade geográfica dos agentes econômicos é pouco importante para o desenvolvimento da piscicultura. Já o capital humano (estoque de conhecimento e habilidade dos envolvidos) é muito relevante na sua avaliação. O que é extremamente significativo para o técnico agrícola é a relação de confiança e cooperação entre os próprios indivíduos envolvidos no projeto. A questão política é considerada fundamental pelo entrevistado para o desenvolvimento da atividade em Restinga Sêca.

Quanto às leis que regem a atividade da piscicultura (fiscais, ambientais e sanitárias), o Sr. Freitas avalia a influência delas como medianas para a competitividade da atividade. Ele considera positivas essas leis, pois, em sua opinião, elas fomentam a produção do peixe – afirmou que não existem entraves com as leis atuais.

Um dos pontos avaliados como extremamente negativo para o desenvolvimento da atividade na localidade é o fato da cultura local não ter como hábito a alimentação com a carne do peixe. E isso se torna um agravante porque os produtores não acreditam que o produto venderá bem, dado esse fato, determinando receio no investimento de capital com a incerteza do retorno financeiro.

O entrevistado acredita que são a Prefeitura e os sindicatos rurais do município (Sindicato dos Agricultores e Sindicato dos Trabalhadores Rurais) os principais difusores de informações e estratégias para os produtores na Piscicultura – os agentes coordenadores da atividade.

Sua avaliação das políticas públicas dos governos Federal, Estadual e Municipal voltadas a piscicultura é a de que o apoio e fomento à produção são fracos, assim como a atração de novos empreendimentos, além da pesquisa e desenvolvimento de novos produtos (também avaliado como fraco). Os serviços técnicos, sua disponibilização, a regularização e a fiscalização da piscicultura foram avaliados como bons.

O Sr. Freitas concluiu a entrevista observando como fracas as ações voltadas exclusivamente à piscicultura das seguintes instituições apontadas na entrevista: universidades públicas e particulares, empresas e centros de pesquisas tecnológicas, os agentes financeiros e as associações e cooperativas. Sua avaliação foi boa para os órgãos de apoio e fomento da atividade, para os centros de capacitação profissional e de assistência técnica e para os sindicatos dos trabalhadores rurais.

3.6 Breve balanço dos resultados da pesquisa

O Arranjo Produtivo Local de piscicultura realizado na extensão geográfica do COREDE Jacuí-Centro, particularmente pesquisado no município de Restinga Sêca, em sua execução, operou de forma diferente do seu projeto inicial. Com problemas de gestão desde a OSCIP ADESUL responsável pela execução, até o pouco apoio das prefeituras e outras entidades colaboradoras do arranjo, os “potenciais piscicultores” ficaram à margem, esperando receber a assistência técnica, o financiamento, as orientações sobre gestão, o apoio para a comercialização, para, otimizando os recursos, fazer com que o empreendimento se expandisse como, inicialmente, foi projetado, o que não aconteceu apropriadamente.

No caso de Restinga Sêca, cidade pesquisada, os produtores, que foram contemplados pelo arranjo, receberam apoio técnico da Prefeitura, pela Secretaria de Agricultura, com um técnico responsável pela organização da construção dos tanques nas determinadas propriedades (como explicado no capítulo anterior); da OSCIP ADESUL, que colocou um técnico agrícola para trabalhar no apoio técnico

em todas as cidades contempladas pelo APL. Desde 2008 até 2010 (objeto pesquisado em 2010), nenhuma propriedade do objeto em questão começou a produzir o peixe como planejado no projeto inicial. Algumas propriedades produziram peixes de forma aleatória, por iniciativa dos proprietários. Ainda não se caracteriza por uma produção própria de piscicultura, onde há um planejamento técnico para não ocorrer perda (morte) de alevinos e peixes. O que não acontece, na produção atual, onde o prejuízo é em torno de 80% (compram-se 1000 alevinos e conseguem retirar 200 peixes, por exemplo)⁴⁹.

Alguns dos produtores não pretendem ainda comprometer-se com uma produção maior, pois a promessa do APL era de construção de um frigorífico para peixes, o que ainda não saiu do papel (FREITAS, 2011).

Um processo complicado entre o COREDE e a Prefeitura de Cachoeira do Sul desenrolou-se em função da responsabilização do compromisso com a construção do frigorífico. A prefeitura de Cachoeira do Sul ficou responsável (no projeto inicial do APL) pela disponibilização de área e construção do prédio que abrigaria o frigorífico de peixes. Sendo a materialização do frigorífico um dos pilares básicos para o APL funcionar (pois os futuros piscicultores sentem medo em investir em uma alta produção, sendo que correm risco de não ter o frigorífico para recolher esse peixe para prepará-lo para venda em forma de *fishburger*, como sugere o projeto inicial).

Um dos principais problemas a ser considerado é o próprio projeto inicial contrastado com a realidade que encontramos na pesquisa. Agricultores com pouco conhecimento sobre o próprio projeto (APL) foi o tipo predominante observado durante a realização da pesquisa. Algumas poucas reuniões não foram e não são suficientes para “educar” para uma nova cultura produtores que cresceram sobre a égide do conhecimento basicamente vindo de seus pais, em uma cultura fumageira, leiteira e orízicola. Deve-se levar em conta toda uma cultura estadual que gira em torno da alimentação tendo como principal alimento a carne bovina; seguida da suína, e de frango. A carne de peixe fica por último.

O projeto previa a venda da carne de peixe produzida para as escolas, em forma de merenda escolar. Caso acontecesse, seria uma maneira eficiente e rápida

⁴⁹ *Desenvolvimento humano e qualidade de vida: a racionalidade do piscicultor do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura no município de Restinga Seca no Rio Grande do Sul* de Tanise Dias Freitas (2011).

de inculcar a carne de peixe na cultura alimentar regional, dando uma alimentação saudável aos alunos, os acostumando a esse novo consumo, o da carne de peixe. Mas como o projeto mal saiu do papel, ainda na produção inicial, isso fica sendo um sonho muito distante; constitui-se mesmo em uma das principais evidências da ineficiência do APL, uma vez que a produção gerencial e tecnicamente orientada não aconteceu, isto não implicava que a estrutura de comercialização não funcionasse. Com a comprovação de que a ínfima produção não chegou às escolas na forma de merenda escolar fecha-se o círculo compreensivo em que se verifica o desarranjo em que se transformou o projeto.

Aparentemente, esse projeto não foi levado a sério, tanto pelo trabalho realizado muitas vezes com muito menos esforço que o APL demanda pelas entidades envolvidas, como também pelos produtores que, não visualizando o trabalho das entidades acontecendo, não se sentiram confortáveis para iniciar uma nova produção que exigiria gastos seus também. Uma produção industrial e um real consumo da carne de peixe não são possíveis de criar da noite para o dia em uma região onde a cultura (muito tradicional, que privilegia o consumo de carnes bovinas, suínas e ovinas, principalmente) não está acostumada a isso. Mas se esse foi o começo do APL, pode-se afirmar que ele começou com o “pé esquerdo”. Pouco apoio aos produtores, péssima infraestrutura, desorganização de todas as entidades envolvidas, de modo que tudo isso resultou em uma desconfiança por parte dos produtores (FREITAS, 2011).

A quase nula estrutura oferecida aos produtores (construção dos tanques) não foi suficiente para iniciar a produção. Alguns poucos agricultores, com mais recursos financeiros já estão usando os tanques construídos pelo APL, mas sem a precisão e técnica necessária para caracterizar-se como uma cultura propriamente chamada de Piscicultura. Para ser considerada piscicultura, é preciso um número mínimo de produtividade; as técnicas para retirada (pesca) do peixe são específicas (retira-se com uma única rede do tamanho exato do tanque, sendo que esse deve ter medidas também específicas, em formato quadrado ou retangular – segundo informações concedidas pelo Professor da Escola Politécnica da UFSM, Jorge Filipeto).

Quanto aos tanques que já foram construídos até agora, foram encontrados com poucas qualificações técnicas, diferente do que se constata no projeto inicial. Nas residências onde já existiam açudes, eles simplesmente foram transformados

em tanques – com o aval do técnico agrícola da ADESUL. Ou seja, apesar de ser uma economia para as Prefeituras (responsável pela construção dos tanques – no caso de Restinga Sêca), que economiza ao utilizar açudes que já existem, considero um erro deixar de construir os tanques com as técnicas exatas para um melhor manejo da produção, pois as técnicas da piscicultura preveem uma adequação técnica mínima para uma produção lucrativa.

Talvez esse erro possa vir de uma ingenuidade e também do corte de gastos que tiveram o objetivo de economizar, como se observa no caso dos problemas financeiros enfrentados pela ADESUL, reportados pelos entrevistados.

Existem formas de produzir o peixe em açude como a maioria dos pequenos produtores o faz. Mas nesse caso, é necessária uma maior profissionalização e técnica por parte dos envolvidos. É um projeto ambicioso que, para acontecer, deverão prestar atenção nesses detalhes, evitando todas as maneiras que possam acarretar em prejuízo no final da produção. O técnico agrícola da Secretaria de Agricultura do município, responsável pela logística de construção dos tanques, tem sua base de estudo na cultura leiteira, isto é, o conhecimento do Técnico Agrícola do município é limitado, tendo sido recebido durante os cursos oferecidos pela ADESUL para capacitação técnica dos produtores envolvidos com o APL.

Compreender o arranjo produtivo local da piscicultura do COREDE do Jacuí-Centro do Estado do Rio Grande do Sul, analisando o caso concreto das ações implementadas no município de Restinga Sêca, considerando o ambiente organizacional e institucional permite detectar as grandes lacunas que há entre a realidade de um modelo de desenvolvimento articulado e concebido em níveis de abstração sofisticados e a materialização das partes do projeto que efetivamente lograram algum êxito.

À margem dos sistemas modernos mais sintonizados com a competição global e altamente tecnologizada (como se pode ver no APL do *software* apoiado pela FAPEMIG, em Minas Gerais⁵⁰), o APL da piscicultura dirigiu-se para o universo da pequena empresa familiar, via de regra, com um desempenho limitado e de baixíssima eficiência econômica. Se, considerando-se o capital cultural e social das famílias envolvidas, dificilmente se poderia imaginar uma mudança substantiva em termos de mentalidade e ingresso em outro patamar de produção, comercialização e

⁵⁰ Referência disponível da época da dissertação. Esse APL já virou uma empresa. Mais informações em: IN: <http://www.softwaredeminas.com.br/>

mudança de realidade socioeconômica, ao menos projetavam-se ganhos que, agregados aos ganhos das dinâmicas quase de subsistência, pudessem trazer uma melhora substantiva quanto aos rendimentos econômicos.

Entretanto, entre o projeto governamental, nas suas discussões ampliadas e as tramitações nos níveis intermediários, até a implantação do projeto em si, a realidade é de total discrepância entre um nível (mais abstrato de elaboração governamental federal) e outro (a realidade dos piscicultores em suas propriedades distribuídas no município de Restinga Sêca). O APL da piscicultura do Jacuí-Centro não lidou com situações complexas de aglomerações de empresas superespecializadas, com níveis de interação e cooperação efetivos, em uma dinâmica de aprendizagem e cooperação entre si, em média ou grande escala e com penetração real nos mercados mais competitivos e rentáveis. Ainda assim, em bases menos complexas de interação, os resultados concretos reunidos mostram que todos os parceiros apresentaram um grau de articulação precário. A interação entre instituições de ensino e de crédito, respondendo aos estímulos (que, na realidade, não aconteceram) da Prefeitura é correspondente à ineficácia de instâncias como a associação de produtores e de cooperativas.

As partes inarticuladas do APL da piscicultura de Restinga Sêca são resultado dos entraves na harmonização das aglomerações e atores institucionais de natureza distintas — econômica, política e social. Vinculadas pelas atividades econômicas, as dimensões da política da sociedade e da economia, para o caso concreto do APL do Jacuí-Centro, em Restinga Sêca, apresentaram a realidade de uma esfera, em algum grau, em conflitos. Os motivos políticos e a lógica da ação política rivalizavam com os objetivos maiores do projeto de um APL. Dito de outra forma, o APL seguiu pelos caminhos dos particularismos dos grupos de poder. Alguns piscicultores receberam algum tipo de atenção e prioridade em algumas ações previstas e implementadas. Outros, geralmente identificados como de oposição ao grupo político que governa o município, queixaram-se de um *déficit* de atenção deste ator institucional, que é a Prefeitura. Com o comportamento seletivo da Prefeitura, os objetivos difusos da interação entre empresas e empreendimentos (do piscicultor aos prestadores de serviços, fornecedores de insumos, clientes, etc.) ficaram mais distantes de serem concretizados.

Não é que a Prefeitura seja o ponto sensível para tudo funcionar bem no interior de um APL. Outras partes (parceiros institucionais) também precisam

funcionar bem. Verificou-se que o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), as universidades e demais parceiros passaram distante das rotinas do projeto – sendo que o próprio SEBRAE não foi incluído no projeto original do APL. Dois atores são fundamentais visíveis no tocante ao início e à implementação do APL: o COREDE do Jacuí-Centro e a ADESUL. Entre uma instância e outra, as prefeituras apresentaram-se fortemente como partes interessadas e facilitadoras para o incremento do APL da piscicultura de Restinga Sêca. O que a presente dissertação evidenciou é um vazio institucional, uma sucessão de eventos desarticulados que, ao final, produziram a realidade de um piscicultor solitário e desassistido, improvisando e seguindo a intuição para os problemas diários ligados à realidade da piscicultura.

Quando do início dos trabalhos, certos atores institucionais deveriam ser cativados para participarem do APL. No contexto político e econômico do Rio Grande do Sul, os COREDE's têm uma importância muito grande. Nos últimos quatro anos, as OSCIP, como a ADESUL, também ganharam espaço como entidades realizadoras de projetos, como entidade cuja natureza funcionaria como um antídoto à leniência dos organismos públicos, entendidos sempre como mais lentos em meio aos desafios urgentes do desenvolvimento econômico e regional.

Menos esta dissertação quer isentar da responsabilidade o tipo humano piscicultor e suas entidades associativas. A baixa claquacidade associativa e de capital social dos indivíduos piscicultores contribuiu para que as demais instituições (distantes de sua realidade cotidiana) macro não se obrigassem a responder aos papéis a que cada organismo pertencente ao APL, *a priori* e quando do início dos trabalhos de concepção e elaboração, deveria assumir. Assim, o papel vital da Prefeitura para, através do instituto da compra pública, especificamente a compra da produção de peixe para o fabrico de hambúrgueres a serem servidos aos alunos das escolas públicas (compra também projetada para ser vendida para os Governos Federal e Estadual, também como merenda escolar), não foi desempenhado. Tampouco o de ser um suporte para as ações de transferência de tecnologia e assistência técnica propriamente. Esta ausência, contudo, mais que um “vazio” político indica um tipo de ação política corriqueira no contexto regional e local. Todavia, esta ação era inteiramente insuficiente para dar conta de um projeto complexo como um Arranjo Produtivo Local. Diferentemente de outras situações conhecidas da modernidade econômica avançada que mostra a desconexão, muitas

vezes, da esfera econômica da esfera política — a propalada autonomia dos fenômenos e processos econômicos em relação ao restante da vida humana — a política pública que dá os contornos aos projetos de arranjos produtivos locais requer exatamente a diluição dessa fronteira entre o mundo econômico e o mundo político, dando até, em muitos casos, um papel proeminente às instituições políticas seja no fomento, financiamento, coordenação e planejamento, além do papel decisivo de viabilizador do primeiro mercado comprador dos produtos do APL.

A bem da verdade, a produção sequer deslanchou no ambiente em que estão situados os piscicultores de Restinga Sêca. Sem o suporte técnico necessário, os resultados foram decepcionantes. O que talvez seja mais difícil de analisar quando se olha o conjunto inteiro do APL da piscicultura é que não há um processo em uma temporalidade estanque que gere o resultado final deficiente. De alguma maneira, as partes precisam interagir e gerar efeitos umas sobre as outras, de tal feito que potencialize os objetivos iniciais do projeto.

Em termos formais, o APL da piscicultura do COREDE – Jacuí-Centro, aqui estudado, no âmbito do município de Restinga Sêca, atendia às exigências abstratas mínimas: tinha um número significativo de empreendimentos não diretamente trabalhando com piscicultura, mas em condições reais e motivacionais para ingressar na atividade. Deve-se ainda destacar que o Rio Grande do Sul é pioneiro na cultura do associativismo e cooperativismo e estes organismos estavam presentes e permeavam o universo do piscicultor de Restinga Sêca. Era visível aos gestores a possibilidade de operação de uma rede de conhecimento e de conexões entre os parceiros.

Diante dos resultados tímidos do tempo presente pode-se lembrar que os gestores, principalmente nos níveis federal e estadual, vislumbraram as dimensões das particularidades econômicas, sociais e políticas de um país diferenciado e complexo como o Brasil; de que modelos impostos de cima para baixo teriam pouquíssimas chances de êxito se descartassem a dimensão realmente “local” dos eventos. Os conceitos, à partida, podiam e deveriam ser os mais genéricos, mas teriam que se aproximar do dado da realidade cotidiana, onde se inscreveriam a histórias de vida econômica do tipo humano, no caso, o piscicultor. Assim, foram feitos esforços para a flexibilização de modelos e metodologias, um exercício de crítica às taxonomias e aos indicadores econômicos convencionais discrepantes em relação à riqueza da diversidade cultural e econômica encontrada no país afora. Nos

fóruns regionais e locais para implantação do APL, a dimensão do enquadramento peculiar das pessoas afetadas tornou-se um valor *a priori* estabelecido, antes de quaisquer discussões e ações práticas para a instalação e operação do Arranjo Produtivo da Piscicultura. Todavia, isto não impediu que os resultados finais fossem tão aquém do esperado. Se, no plano mais abstrato e genérico, entendiam-se e refaziam-se os modelos pressupondo as realidades particulares; se, no plano intermediário (regional e local), os atores individuais e coletivos pressupunham, em suas falas, o enraizamento do particular como um valor absoluto; no plano local, o arranjo produtivo não logrou os ganhos esperados. Dessa forma, os obstáculos ao desenvolvimento do APL da piscicultura de Restinga Sêca, assim como nos outros municípios integrantes do APL, não têm correspondência com as ações das grandes burocracias indiferentes ao cotidiano das pessoas no mundo real.

Parte dos esforços para o desenvolvimento do modelo dos APLs, pelo país inteiro, está exatamente em analisar os resultados fora de sintonia dos objetivos ou em uma escala insatisfatória. Este é o caso do APL da piscicultura de Restinga Sêca.

Na metodologia que concebeu o modelo genérico do Arranjo Produtivo Local (GTP APL, discutido no capítulo 2), previam-se os chamados Núcleos Estaduais, ou organizações semelhantes nos Estados, para funcionar como indutores de projetos que pudessem ser materializados no formato APLs. Este papel, no caso desse APL, foi delegado ao COREDE Jacuí-Centro. O COREDE foi uma instância intermediária importantíssima para a implantação do APL da piscicultura, visto que, em seu contexto institucional e de representação de interesses, burilou as diretrizes, os detalhes do projeto, legitimou a OSCIP (ADESUL) ganhadora do edital e, com a finalidade de juntar todas as partes do sistema, e, ao longo do tempo e do desenvolvimento das ações, acompanhar, avaliar, aprovar e autorizar o uso dos recursos públicos que a ADESUL disponibilizaria para o incremento dos objetivos do projeto. A própria representação do público no COREDE dá conta das clivagens diversas que marcam um espaço e ambiente de discussão pública como este.

O COREDE Jacuí - Centro como instância pública estabelece a agenda pública do desenvolvimento regional e local, isto é, cria as condições públicas para discussão e reflexão sobre as prioridades, as estratégias, um cronograma de projetos e ações, enfim, um ambiente institucional capaz de fomentar ações locais de desenvolvimento, em meio a uma gama de grupos de interesse diferenciados e,

muitas vezes, antagônicos. Editais nacionais e estaduais de fomento de projetos como o APL da piscicultura, antes de serem lançados, já retiveram sugestões oriundas dos COREDEs, para depois, editais na praça, quando do processo de seleção das organizações, agências e demais instituições, pleiteiam ser os operacionalizadores desses projetos. Isto ocorreu com relação ao APL da piscicultura, em que a OSCIP ADESUL sagrou-se vencedora e legitimada, por uma entidade abrangente e representativa da sociedade regional e grupos locais sob sua jurisdição, o COREDE Jacuí-Centro.

Assim, a partir do COREDE Jacuí-Centro iniciou-se uma interlocução entre diferentes atores locais (associações, empresários, representantes políticos, agências de desenvolvimento e outros atores), com algum grau de coordenação e mobilizados quanto às demandas dos diversos segmentos no tocante à inserção no APL da piscicultura. Ouvidas as partes, o passo seguinte associava-se ao comprometimento para a realização dos objetivos e das metas previamente acordadas. Esta seria uma etapa intermediária importante que teve seu início ainda quando do alinhamento das agendas das instituições, do nivelamento do conhecimento sobre o modelo genérico dos APLs, os desdobramentos com os segmentos estaduais e locais, buscando níveis maiores e efetivos de integração.

O projeto do APL da piscicultura do Jacuí-Centro foi executado pela OSCIP ADESUL com recursos do Ministério da Integração Nacional, aprovado em duas parcelas de financiamento. Diante do desafio de mudar, em alguma medida, o quadro de estagnação da estrutura sedimentada da pequena propriedade familiar de baixa diversificação de atividades, o objetivo de gerar nova fonte de renda não se efetivou e nada ou muito pouco foi acrescentado aos poucos recursos existentes na propriedade.

Foram feitos os levantamentos técnicos iniciais que, dentre outras escolhas, prescreveram o tipo de peixe e as condições técnicas de cultivo. Na outra ponta, vislumbravam-se os mecanismos eficazes de distribuição e comercialização do produto, cabendo às Prefeituras o decisivo papel na compra para a finalidade de uso como merenda escolar. Também se evocava a oportuna combinação entre a piscicultura e a rizicultura na geração de um modelo integrado (entre as duas culturas), sustentável (os peixes seriam os predadores dos “inimigos” do arroz, fazendo que a utilização de agroquímicos se reduzisse significativamente). Definitivamente, o argumento da sustentabilidade, decisivo para a aprovação no

âmbito federal, restou apenas retórica vazia, pois sequer a produção não consorciada logrou algum resultado positivo. Desta forma, não há muito que tratar das dinâmicas de produção e comercialização na extensão da cadeia produtiva da piscicultura, simplesmente porque não se sedimentou cadeia produtiva alguma.

Tudo o que, nas argumentações iniciais favoráveis ao projeto, pareciam vantagens comparativas — amplo território abundante em rios, açudes e outras áreas alagadas, o consórcio piscicultura-rizicultura na combinação perfeita de diminuição de custos para a obtenção de produtos mais valiosos — não se constituiu como fator de produção efetivo. Além disso, não mudou a situação dos agricultores sem poder aquisitivo para fazer investimentos. Uma condição conhecida que caracteriza a produção improvisada, de baixa escala, sem a incorporação de tecnologia (porque sem ou independente de assistência técnica adequada e transferência de tecnologia) é a que informa que o ápice da produção destina-se à venda e ao consumo durante a Semana Santa, que ocorre uma vez por ano. E, pior, a simples ideia de uma produção maior e regular assombra e desafia a imaginação dos pequenos piscicultores sobre como estocar, escoar e vender esta produção. Sem capacidade de prever vendas mínimas, o negócio todo não pode ultrapassar a escala da produção incipiente.

Sobre o aspecto que trata da exigência de “capacitação técnica dos produtores” para operar as rotinas do APL da piscicultura, além da necessidade de se alcançar determinado nível de profissionalização para lidar com as etapas do cultivo (a criação, a construção e a manutenção de açudes, a produção de peixes propriamente dita, a despesca, o controle de enfermidades aquáticas, a gestão dos recursos hídricos) e dos recursos para se inserir nas outras etapas da cadeia produtiva do peixe (industrialização, comercialização e consumo), uma palavra talvez expresse mais adequadamente o que ocorreu: ausência. Das visitas iniciais do técnico da ADESUL, não restou nada que cumulativamente tenha agregado ao quadro mental do piscicultor e, portanto, no seu bolso. Da assistência técnica prescrita no projeto às ações efetivadas a diferença é abissal. Este foi um dos maiores entraves à produção da piscicultura de Restinga Sêca. Não houve, por parte da ADESUL e/ou da Prefeitura (que dispõe de técnicos na área de assistência rural) a capacitação, a transferência de tecnologia e o acompanhamento intensivo. Um parceiro citado no início da elaboração do projeto, a EMATER, operou de maneira

quase nula no APL, uma vez que apenas fazia as visitas junto com o técnico da Prefeitura.

De uma situação inicial promissora, com até três entidades com capacidade e comprometimento com a assistência técnica ao piscicultor, o que se viu foi, de um lado, a ação prática de quase apenas um ator institucional, no caso a ADESUL; ainda que a assistência tenha sido muito precária. A Prefeitura adotou uma postura quase de indiferença (apenas um técnico envolvido). O setor burocrático priorizou pouco o projeto e, assim sendo, deu pouca assistência técnica. A resultante de um conjunto de produtores produzindo peixe para um mercado incipiente (somente na Semana Santa) é a expressão da ausência técnica no monitoramento das ações. Tudo o que parecia favorável ao APL da piscicultura mostrou-se pífio: a escolha da carpa pela vantagem de ser uma espécie de rápido crescimento e de fácil adaptação no cultivo em tanques e alimentada por ração, em síntese, de fácil manejo, apresentou a incrível realidade da produção incipiente.

O projeto do APL da piscicultura, em Restinga Sêca, prosseguia com a etapa do incremento do processo de industrialização da carne de peixe (que agregaria valor ao produto e à possibilidade de ganhos em novos mercados) para fins de comercialização. Este era o tempo dos atores políticos em todas as esferas (federal, estadual e, principalmente, municipal) atuarem no sentido de fazerem as primeiras compras dirigidas às instituições públicas de assistência (escolas). Mesmo o apelo de um alimento de baixo custo e de alto valor nutricional não foi capaz de fazer esta etapa do projeto sair do papel. A ação governamental de compras através do convênio CONAB-Agricultura Familiar e das promessas de compra pelo governo estadual diluíram-se em um mar de intenções e conflitos políticos. O pequeno produtor-piscicultor não podia dar passos mais efetivos no desenvolvimento da atividade sem o instrumento da compra pública. A desestruturação em um nível (político) implicou em retraimento e em uma postura mais defensiva do próprio piscicultor sobre o futuro de seu negócio e da atividade como um todo. Desnecessário afirmar que a etapa da implantação de uma unidade de abate e processamento da produção de peixes e da construção de um frigorífico regional jamais saiu do papel. Estes itens não realizados também minimizaram quaisquer iniciativas mais enfáticas no campo do cooperativismo porque os resultados concretos nos patamares dados não exigiam maiores esforços de integração para a expansão e o desenvolvimento das atividades.

Desta maneira, os objetivos nobres de conjugar, de um lado, a oferta de alimentos ricos em proteína de peixe a baixo custo e, por outro lado, fixar o homem no campo porque a piscicultura representaria real agregação de renda, restaram minimizados ao extremo. As noções complexas de sustentabilidade econômica, social e ambiental não se aplicam ao conjunto das atividades da piscicultura realizadas em Restinga Sêca pelos resultados conhecidos do projeto.

Importante ressaltar que o presente estudo efetivamente deparou-se com questões legais de todo tipo: organismos públicos receberam valores públicos (dinheiro dos impostos dos cidadãos) para a realização de um projeto de alta relevância regional e local, de alcance econômico e social, cujos resultados bem poderiam instruir ações judiciais de todo tipo. Contudo, o interesse acadêmico desta dissertação está em abstrata e analiticamente compreender a funcionalidade ou disfuncionalidade de um arranjo político, econômico e social dessa grandeza; dos obstáculos à sua realização seja em um nível ou aspecto da realidade política, econômica ou social.

O indivíduo pequeno agricultor-piscicultor fez uma escolha, a de entrar para um projeto em que dirigiria muito de seus esforços para a atividade da piscicultura, com base nas informações e promessas advindas de um ambiente institucional que lhe parecia viável e confiável. Sem muitos recursos, o APL da piscicultura gerava a satisfação antecipada de que suas necessidades seriam atendidas, em alguma medida. A ação econômica que empreendeu tem estreita relação de determinação com uma estrutura política e organizacional deficiente que não lhe assistiu nos termos propostos pelo projeto. Desabilitado para atuar, na atividade da piscicultura, continuou a sê-lo com o passar do tempo. Nem as redes sociais a que se liga foram capazes de mudar o resultado desfavorável das atividades realizadas. Ocorreu, aqui, conforme apregoado por Granovetter, a dependência do indivíduo piscicultor ao APL, incluindo às instituições responsáveis por agregar mais recursos (materiais, simbólicos e técnicos) ao projeto. O ambiente institucional deficiente gerou um piscicultor deficiente.

Mas, vale consignar que as instituições presentes no APL capitaneada politicamente pelo COREDE do Jacuí-Centro expressam certo estágio e momento das relações sociais e políticas fragmentadas que perpassaram todo o projeto. A confiança mútua entre as instituições parceiras é mais formal do que efetiva, culminando com a saída da OSCIP ADESUL do projeto, sem a prestação de contas

dos recursos recebidos na primeira etapa. Os resultados econômicos pífios obtidos retratam a desconfiança que, por sua vez, freou o desenvolvimento do projeto.

De um ponto de vista concreto, o ambiente institucional do APL da piscicultura do Jacuí-Centro contribuiu para os resultados econômicos muito abaixo das expectativas e de forma a afetar escassamente os projetos de futuro do pequeno produtor e piscicultor. As racionalidades de todos os atores envolvidos, incluindo o pequeno piscicultor, resultaram em um quadro de ineficiência. Os fins e os meios de cada ator institucional não se coadunaram em torno de meios e fins, procedimentos e rotinas convergentes.

O pequeno piscicultor foi, ao contrário do que possa sugerir os resultados da pesquisa, racional em boa medida. Sem ter os recursos técnicos, de gestão e a efetivação dos meios para industrializar e vender (o mercado cativo da compra pública), ele posicionou-se de maneira a não arriscar, a não fazer que o seu negócio ganhasse em escala por conta das incertezas. Sua ação ineficiente, ao final, guarda certa racionalidade. Sua limitação para lidar com recursos, tecnologias e outros instrumentos informa, quando muito, a sua falta de capacitação para operar, mas não irracionalidade.

As instituições parceiras também agiram em bases racionais. O COREDE, como entidade que acolhe e representa muitas outras instituições com interesses diversos, agiu nos limites formais em que convencionalmente atua. Objetivamente, viu-se que este padrão de ação do COREDE, de orientação política, mostrou-se deficiente para a consecução dos resultados finais ótimos para a piscicultura. Outros parceiros como EMATER, SEBRAE, Universidades, efetivamente não participaram do projeto. Este dado precisa ser entendido melhor tanto do ponto de vista da racionalidade do COREDE (que, obrigatoriamente, teria que fazer que essas instituições se somassem ao projeto) como, sabe-se que essas instituições de alguma forma tomaram conhecimento, mas não se envolveram.

O APL da piscicultura mais se constituiu como parte de um jogo da política, com os atores mais ou menos dotados de recursos de poder, do que efetivamente um projeto que visava a resultados econômicos. Os parceiros operaram politicamente com os instrumentos à mão, em graus maiores ou menores de controle. O pequeno piscicultor mostrou-se o elo mais fraco dessa corrente política; sequer se constituía como grupo representado com uma prática que

mostrasse uma interação maior entre seus membros para pelejar com outros atores institucionais.

A política pública do arranjo produtivo local da piscicultura, na sua substância econômica, sucumbiu no terreno da política difusa. É o caso da interferência indevida da esfera política sobre os agentes econômicos. Se esta dinâmica se manterá recursivamente para os próximos anos, disso depende para que se avaliem melhor os rumos do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul.

A ação individual do pequeno piscicultor foi racional desde o início, quando aderiu ao projeto, até dezembro de 2010, quando foi feita a pesquisa de campo para esta dissertação, em que o piscicultor ajustou a sua ação às condições objetivas que interpretou, à luz das restrições econômicas (falta de financiamento e do instrumento da compra pública), técnicas (falta sistêmica de transferência de tecnologia e assistência técnica) e políticas (as instituições envolvidas estavam submersas em suas ilações políticas, inaptas, contudo, para dar o suporte que o projeto exigia). Assim, as ações dos piscicultores foram consistentes com a estrutura de oportunidades que as instituições componentes do ambiente do APL proporcionaram.

Entretanto, disso não resultou que as ações dos indivíduos piscicultores tenham sido perfeitas, ótimas porque produtivas. Tinham eles motivação e interesse, mas suas projeções tornaram-se limitadas em alguma medida, sendo essas limitações condicionadas pelas oportunidades que, por sua vez, constituíam-se em uma ordem de realidade que objetivamente lhe impõe limites à ação. As instituições envolvidas mostraram-se incapazes e deficientes para produzir as finalidades maiores quanto à inclusão do piscicultor e seu regime de trabalho no contexto competitivo econômico mais sofisticado de alcance nacional e global. As instituições componentes do APL da piscicultura (Prefeitura, EMATER, SENAR, ADESUL, Universidades, etc.), nas suas ineficiências, produziram não mais que uma resposta racional do piscicultor ajustada a esta ordem de estímulos. Obviamente que o indivíduo piscicultor é o elemento-chave de toda essa cadeia e encontra-se mais fragilizado e com menos recursos para responder aos desafios da nova economia global.

Desde o início do projeto do APL da piscicultura do Jacuí-Centro, as ações frágeis advindas das instituições maiores que tinham a finalidade de suporte para o pequeno piscicultor não impediram que ele entrasse no projeto e realizasse ações

em sintonia com os objetivos e metas do projeto do APL da piscicultura. Esse é o tempo em que o projeto dependia muito mais do voluntarismo do pequeno produtor-piscicultor do que das ações efetivas dos grandes parceiros. Mas um fio condutor procurava relacionar a conectividade das ações individuais do pequeno produtor-piscicultor com os recursos, instrumentos e lógica de funcionamento de toda a institucionalidade que sustentava o APL. A lógica de funcionamento dos parceiros vai produzir resultados que determinarão o intervalo de possibilidades de ação dos indivíduos piscicultores em suas rotinas.

Desde o início da pesquisa, o APL da piscicultura do Jacuí-Centro não tinha a escala e a complexidade de um evento que se inscrevesse na lógica dos grandes eventos em rede, entre as sociedades econômicas dinâmicas, conforme análise de Manuel Castells (1996), como parte da sociedade que designava como uma nova “camada” ou dimensão denominada de “espaço dos fluxos”, que deve ser entendida como um novo tipo de organização espaço-temporal das práticas sociais. O espaço dos fluxos refere-se a novas dinâmicas sociais e a novos conceitos de tempo, espaço e poder (Mol e Spaargaren, p. 31, 2000). No contexto da globalização, os projetos dos APLs financiados pelo governo federal pretendem que os produtos, os serviços e as atividades englobantes desenvolvam-se e tenham este alcance. O APL da piscicultura do Jacuí-Centro nunca ensaiou ganhar essa dimensão em termos de seu desenvolvimento.

O atual estágio do APL é o de estagnação. Após a saída da OSCIP ADESUL do APL, foi decidido, na mesma assembleia em que ocorreu o rompimento do contrato da ADESUL com o COREDE e as prefeituras envolvidas, a paralisação das atividades do APL.

O APL ainda está em análise, em assembleias do COREDE, para a continuação ou não das atividades.

4 CONCLUSÃO

Arranjo Produtivo Local é uma importante forma de política pública introduzida em diversos países ao redor do mundo sob diferentes formas e nomes, conforme se apresentou na presente dissertação.

Um APL demanda um enorme arranjo técnico e complexa rede de conhecimento. Ele atua como uma solução para os mais variados tipos de problemas seja estritamente econômico, seja nas conexões que efetivas com as esferas sociais e políticas, dependendo da destinação e da complexidade de cada arranjo. Pode se iniciar um APL a partir de qualquer problema social que atinja uma determinada região, mas, para desenvolvê-lo, de forma a gerar benefícios posteriores, tornam-se necessários estudos minuciosos sobre os problemas que o APL em questão visa a solucionar.

Com essa preocupação, isto é, executar um APL apropriadamente, visando a melhorar os problemas de determinada região, é que o Governo Federal, no caso do Brasil, criou diversos grupos de trabalho com vistas a um estudo piloto com APLs para que, a partir disso, fosse criado um Plano de Desenvolvimento Nacional focalizado na execução e no planejamento de APLs. A partir desse estudo, contou-se com a ajuda de entidades estaduais e criou-se um modelo para a execução dos APLs em todo o país.

No caso em comento, objeto da pesquisa que originou esta dissertação, foram pesquisados diversos estudos sobre os mais variados APLs em todo o Brasil (APL da piscicultura do Ceará⁵¹, APL da piscicultura do Mato Grosso do Sul⁵², APL do *Software* livre de Minas Gerais⁵³, entre outros). O nível de sucesso destes foi, na minha análise, muito bom. Diferente do que ocorreu no APL da Piscicultura da região do COREDE Jacuí-Centro.

Um aspecto da análise importante que foi constatado no caso dos outros APLs citados, foi a presença do SEBRAE nos APLs do Brasil. Curiosamente no APL

⁵¹SEBRAE – Ceará. *Estudo Setorial da Piscicultura*, 2009.

⁵² POCHMANN, Angelo Mateus. *O Papel do Ambiente Institucional e Organizacional na Competitividade do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura na região de Dourados/MS*. Dissertação de Mestrado em Agronegócios.

⁵³ Referência disponível da época da dissertação. Esse APL já virou uma empresa. Mais informações em: IN: <http://www.softwaredeminas.com.br/>

da Piscicultura estudado nessa dissertação, a instituição SEBRAE não aparece nem no projeto⁵⁴, nem em alguma ação posterior.

O Arranjo Produtivo Local da Piscicultura da Região do COREDE Jacuí-Centro nasceu da necessidade política, social e econômica de gerar, a princípio, no mínimo uma segunda fonte de renda a uma faixa da população agrícola, caracterizada como agricultura familiar com suas plantações passíveis de sofrerem as consequências climáticas que assolam o Estado do Rio Grande do Sul praticamente todos os anos.

Os pequenos produtores da região do COREDE têm o fumo e o arroz como sua principal cultura agrícola. Essas duas culturas sofrem com a sazonalidade, correndo o risco de, a cada ano, haver perda de produção, e, conseqüentemente, podendo determinar o endividamento do agricultor para pagar os custos da produção perdida e também os custos da produção seguinte.

Uma cultura que não depende do clima (somente recursos hídricos, que existem na região, como explicado no capítulo 2) e que ainda pode reutilizar a água usada nas lavouras de arroz é um dos principais motivos para a Piscicultura ser uma excelente fonte de renda para os pequenos produtores da região, haja vista que a Piscicultura seria uma segurança de renda.

Como o arranjo não se consolidou – não saiu do papel a institucionalização de uma cooperativa, a construção de um frigorífico para conservar grandes quantidades de peixe e sequer efetivou-se o mecanismo de comercialização através da compra pública por parte dos municípios para a destinação da merenda escolar —, verificou-se a baixa capacidade das entidades públicas para lidar com questões diversas. Seja no âmbito dos municípios, seja no interior do COREDE, seja entre os piscicultores, não foi produzido o entendimento necessário para a consecução dos objetivos ótimos do APL.

Na realidade, os entraves do APL foram maiores e mais prejudiciais do que qualquer benefício que possa ter ocorrido, podendo até se concluir que não houve benefícios (muitos inscritos no APL nem chegaram a receber as máquinas para construir os tanques em suas propriedades) para os que receberiam o APL. Mas, ele ainda pode vir a acontecer.

⁵⁴ Conforme dados da Agência de Desenvolvimento da Região Sul (ADESUL, 2007).

Como foi visualizado no decorrer da dissertação, foram realizadas entrevistas com as entidades incluídas no APL. Sendo essas entidades, a Prefeitura de Restinga Sêca (cidade estudada para a pesquisa), o COREDE, a ADESUL e a EMATER. Nessas entrevistas, constatou-se que, apesar do pessimismo aparente de alguns entrevistados quanto ao futuro do APL, TODOS consideram que o APL foi executado corretamente e que essas entidades cumpriram com suas funções para que o APL ocorresse da melhor maneira possível. Conclui-se que, para as entidades, está tudo correto com o Arranjo Produtivo Local da Piscicultura.

O que não foi minha conclusão.

Através da análise da dissertação *Desenvolvimento humano e qualidade de vida: a racionalidade do piscicultor do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura no município de Restinga Seca no Rio Grande do Sul* de Tanise Dias Freitas (2011), já citada nessa pesquisa, e tendo participado do trabalho de campo que ocorreu para este estudo citado, notei o visível descontentamento dos produtores que participam do APL. Mais do que isso, observei, nas propriedades, o descaso com a construção dos tanques, uma vez que não seguem um padrão de medidas para ser caracterizado com um tanque de piscicultura, mas são meros açudes. E para concluir, o andamento do APL até agora, resumiu-se a construção destes “tanques”. Tendo este APL iniciado sua execução em 2008, com planejamento da Cooperativa dos produtores para 2010 (como estágio final do APL), verifica-se, aqui, o atraso ocorrido com a execução do projeto.

A ADESUL, principal responsável pela logística desse APL, retirou-se do projeto com a não aprovação por parte do COREDE e seus municípios integrantes da segunda parcela do dinheiro destinado ao projeto (já aprovada pelo Ministério da Integração Nacional). Para receber esta segunda parcela, a ADESUL deveria prestar contas dos gastos referentes à primeira parcela já recebida, o que não aconteceu.

Antes mesmo deste episódio, quando da saída da ADESUL do APL da Piscicultura, essa já passava por problemas financeiros, dispensando funcionários e atrasando o salário dos funcionários restantes (no caso, o Sr. Blini, entrevistado para o presente estudo). Durante o trabalho de campo, o entrevistado ainda não tinha previsão de quando receberia seus salários atrasados.

Atualmente (2011), a situação do APL é a paralisação, tendo em vista que as suas atividades foram suspensas após o rompimento do contrato com a ADESUL. Para buscar uma solução sobre a continuação ou não do APL, o COREDE está

realizando reuniões e assembleias com os municípios integrantes do projeto com vistas a decidir qual será a melhor forma de proceder, segundo os seus interessados.

O principal problema que observei durante a pesquisa e que pode responder o porquê da péssima execução com resultados frustrantes do APL até agora é a má gestão do dinheiro recebido para a execução – o que não possibilitou alcançar os objetivos propostos no projeto inicial do APL, deixando os produtores desconfiados para que investissem seu tempo e, talvez, seu dinheiro em um projeto que não parecia correr bem, o que, de fato, acontecia.

Entende-se, com o estudo aqui realizado, que o APL é viável, apesar do foco da dissertação não ser os números e dados estatísticos que comprovem esse dado, porque eles não estão em lugar nenhum, mas a análise de suas entidades, suas funções e seus objetivos no papel e na prática.

Em estudos posteriores, pretendemos aprofundar a análise da (des)funcionalidade das instituições que constituem o APL da piscicultura do COREDE Jacuí-Centro, buscando entender melhor os processos de decisão pública, gestão, acompanhamento/monitoramento e avaliação pública dos resultados.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SUL-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO. *Portfólio de Atuação*. São Sepé: ADESUL, 2009.

_____, CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO, COREDE. *Implantação de Arranjo Produtivo de Piscicultura nos Municípios do COREDE Jacuí-Centro no Estado do Rio Grande do Sul*. Cachoeira do Sul: ADESUL, 2007.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL *Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento* (versão preliminar). Rio de Janeiro: BNDES, 2004. Disponível em: www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/apl.pdf

BALDISSEROTO, Bernardo. *Piscicultura continental no Rio Grande do Sul: situação atual, problemas e perspectivas para o futuro*. Revista Ciência Rural, Santa Maria, v.39, n.1, jan-fev, 2009.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede - A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHLTON, N. W. & MUONEKE, M. I. *Biology and management of grass carp (Ctenopharyngodon idella) for vegetation control: A north American perspective*. Reviews in fish biology and fisheries, v.2, 1992.

ELSTER, Jon. *Peças e engrenagens das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FAJNZYLBBER, Fernando. *Competitividad internacional: evolución y lecciones*. Revista da CEPAL, n.38. Santiago do Chile: 1988.

_____. *Industrialización en América Latina. De la caja negra al casillero vacío*. Revista Nova Sociedad. n.118, p. 21-28. Buenos Aires: 1992.

FREIRE, Osvaldo de Souza. *Os Arranjos Produtivos Locais não podem ser uma Babel*. Disponível em: http://www.sebraesp.com.br/sites/default/files/arranjos_produtivos_locais_nao_podem_ser_uma_babel.pdf

FREITAS, Tanise. *Desenvolvimento humano e qualidade de vida: a racionalidade do piscicultor do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura no município de Restinga Seca no Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais (2011).

GIDDENS, Anthony. *A constituição da Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes: 2009.

GRANOVETTER, Mark. *Economic Action and Social Structure: The problem of Embeddedness*. American Journal of Sociology. Volume 91, Nov. 1985.

_____. *Le marché autrement*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000.

_____. *O Problema da Imersão*. Fórum – Sociologia Econômica – Ação Econômica e Estrutura Social. RAE – Eletrônica – volume 6, número 1, Artigo 5, janeiro./junho. 2007. Disponível em: <http://www.fgvsp.br/institucional/biblioteca/pe/raeeletronica/SP000460366.pdf>

_____. *The old and the new Economic Sociology: a history and an agenda*. In: FRIEDLAND, R. & ROBERTSON, A.F. (Eds). *Beyond the marketplace: rethinking economy and society*. New York: Aldine de Gruyter, 1990.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E. (orgs.). *Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais*. Rio de Janeiro: REDESIST, 2004. Disponível em: <http://redesist.ie.ufrj.br/glossario1.php>.

MEYER-STAMER, Jörg. *Estratégias de Desenvolvimento Local e Regional: Clusters, Política de Localização e Competitividade Sistêmica*. n.28. Policy Paper. São Paulo: ILDES, 2001.

MIRANDA, José Marcelo Goulart de. *MELHORAMENTO DE CLUSTERS: EXPERIÊNCIAS DA ÁSIA E DA AMÉRICA LATINA - “Avaliação e monitoramento de Projetos de APLs no SEBRAE: método e indicadores”*. TERMO DE REFERÊNCIA SEBRAE-2003.

MOL, A. P. J. e SPAARGAREN, G. *Ecological modernization and the environmental state*. In: MOL, A. P. J. and BUTTEL, F. H. (Eds.). *The environmental state under pressure*. London: Elsevier. 2002.

POCHMANN, Angelo M. *O Papel do Ambiente Institucional e Organizacional na Competitividade do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura na região de Dourados/MS*. Dissertação de Mestrado em Agronegócios.

RAUD-MATTEDI, Cécile. *Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura de mercado em termos de redes e imbricação*. Revista Política & Sociedade, número 6. UFSC: Florianópolis, 2005.

ROCKZANSKI, M.; COSTA, S. W.; BOLL, M. G.; OLIVEIRA NETO, F.M. *A evolução da aqüicultura no estado de Santa Catarina – Brasil*. In: *Aqüicultura Brasil 2000: Simpósio Brasileiro de Aqüicultura*. Florianópolis: ABRAq, 2000.

SACHS, Ignacy. *Rumo à Ecosocioeconomia*. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTA RITA, L, P.; FERREIRA JÚNIOR, R. R. *Agências de Fomento: Um Mecanismo Indutor de Arranjos Produtivos Locais para o Desenvolvimento Regional do Estado de Alagoas*. Anais do XI Seminário Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica – ALTEC. Salvador, 2005. Disponível: [http://www.aedb.br/seget/artigos07/1397%20Competitividade%20Sstemica%20-%202003%20\(Final\).pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos07/1397%20Competitividade%20Sstemica%20-%202003%20(Final).pdf)

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais*. Brasília: SEBRAE, 2004.

SEBRAE – Ceará. *Estudo Setorial da Piscicultura 2009*. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/942E08A72A23F2FB83257627004FE8BD/\\$File/NT00041FD6.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/942E08A72A23F2FB83257627004FE8BD/$File/NT00041FD6.pdf)

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais, parte 2*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

ANEXOS

ANEXO 1

Quinta-feira, 17 de dezembro de 2009

Frigorífico do peixe vai operar em julho

O frigorífico do peixe de Cachoeira do Sul, que produzirá uma tonelada de carne por dia, entrará em operação em julho do ano que vem. A previsão foi feita , durante o I Simpósio de Piscicultura da Mesorregião Metade Sul, pelo diretor da Agência Sul-americana de Desenvolvimento (Adesul), uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), responsável pela execução do projeto, José Leão. Durante o encontro, a Prefeitura Municipal anunciou que alugará o prédio onde funcionou o frigorífico da Coopec, em Três Vendas, e o destinará para a produção de peixe.

A cedência do prédio, observou Leão, é uma notícia importante, que agilizará a implantação do frigorífico, que é um projeto que envolve produtores de peixe dos sete municípios que integram o Conselho Regional de Desenvolvimento Jacuí-Centro (COREDE). A proposta recebeu R\$ 563 mil do Ministério da Integração Nacional, que estava representado no simpósio, realizado no salão de atos da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), Marcos Sant'ana.

De acordo com o diretor da Adesul, a produção inicial do frigorífico será de 600 quilos dia. A bióloga da agência, Caroline Castro de Mello, explicou que a primeira leva de alevinos já foi colocada nos tanques e açudes, em outubro deste ano, mês em que iniciou oficialmente a produção de peixe para abastecer o frigorífico. O processo será gradual, com o ingresso de novas propriedades no processo de criação de carpas. No Município de Cachoeira do Sul, existem 55 piscicultores cadastrados ao projeto.

A diretora executiva da Adesul, Oscip que surgiu em 2001, na cidade de São Sepé, Neuzimar Santos Silva, adiantou que a produção do frigorífico do peixe de Três Vendas será destinada a grandes cidades da região, como Santa Maria e Santa Cruz do Sul, e ainda à Capital. A multinacional Wall Mart também já se credenciou a receber a produção do frigorífico cachoeirense.

Fonte: Rádio Fandango

<http://wwwbarbudo.blogspot.com/2009/12/frigorifico-do-peixe-vai-operar-em.html>

ANEXO 2



Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Ciências Sociais e Humanas
 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Questionário N°

1. Data da entrevista:	Nº do questionário:
2. Nome do entrevistador:	
3. Nome do entrevistado:	

1. Qual a classificação da organização, quanto a sua origem (jurídica) e/ou fonte de financiamento?
 Municipal Estadual Federal
 Privada Associações comunitárias
 Mista (parceria público-privada) ONG
 Outro: OSCIP

2. Qual a abrangência (espacial) das ações da organização?
 Municipal Regional Estadual
 Federal Outro:

3. Em que áreas estão situadas as principais ações desenvolvidas pela organização?
 Fiscalização Desenvolvimento da produção
 Apoio Técnico/Extensão Rural Capacitação/Qualificação
 Transferência de tecnologia Financiamento
 Pesquisa Integração setorial
 Outro: Elaboração de projetos, toda a assistência.

3a. Em sua organização existe legislação específica que oriente a realização de atividades específicas à Piscicultura (ação compulsória ou voluntária)?
 Sim Não

3b. As ações são fundamentadas (ou regidas) por legislação/exigências formais (regulação)?
 Sim Não

4. Para quais setores (geral) a organização atua?
 Produção de Insumos Produção primária Transporte
 Processamento Distribuição (atacado/varejo)
 Outro: Desenvolvimento Regional

4a. Para quais setores (da piscicultura) a organização atua?
 Produção de Insumos (ração, medicamentos...) Produção Alevinos
 Transporte Engorda
 Filetagem/frigorificação Distribuição (atacado/varejo)
 Outro: não respondeu.

5. Qual o porte do público alvo (ex. pequeno, médio ou grande agente econômico - produtores, fornecedores, indústrias, etc) da organização?

- () Micro () Pequeno () Médio
() Grande () Organização coletiva () Individual

Por quê?

6. Como se estabelecem os contatos com o público alvo (captação de demanda)?

- () Visita pessoal/reuniões () Telefone/Internet () Fóruns/Câmaras
() Participação em eventos () Publicações () Não há acesso formal
() Outro: _____

7. Qual seu conhecimento sobre a piscicultura local?

- () Estatísticas de produção () Espécies de peixe () Mercados
() Legislação () Estrutura das organizações (tipos de empresas)
() Nível de organização/coordenação

8. Qual a idade média das pessoas de sua entidade, que trabalham na APL?

9. Quais ações são exclusivas à piscicultura (tipos)?

9a. Quais as principais dificuldades para implementação (desenvolvimento, difusão, operacionalização) dessas ações?

9b. Como você avaliaria a eficácia dessas ações?

- () Nada eficaz () Pouco eficaz () Medianamente eficaz
() Muito eficaz () Extremamente eficaz

Por quê?

9c. Como você classificaria a importância dessas ações para o desenvolvimento da competitividade da Piscicultura?

Obs. Competitividade aqui mencionada refere-se aos fatores de produção - custos de insumos, equipamentos, logística, meio ambiente, etc, que se tornam reflexo da produtividade da atividade.

- () Nada importante () Pouco importante () Medianamente importante
() Muito importante () Extremamente importante

Por quê?

10. É utilizado algum mecanismo de análise de resultados/avaliação de satisfação sobre as ações junto ao público-alvo? Se "Sim", quais são eles?

- () Sim () Não

10a. Existe algum tipo de reclamação do público alvo quanto às ações desenvolvidas? Se "Sim", quais seriam elas?

- () Sim () Não

11. Como você avaliaria a infra-estrutura (recursos físicos) disponível na organização para utilização na Piscicultura?

Em termos de quantidade?

() Péssimo () Ruim () Bom () Ótimo () Excelente

Em termos de qualidade?

() Péssimo () Ruim () Bom () Ótimo () Excelente

Por quê?

11a. Como você avaliaria a infra-estrutura (recursos humanos) disponível na organização para utilização na Piscicultura?

Em termos de quantidade?

() Péssimo () Ruim () Bom () Ótimo () Excelente

Em termos de qualidade?

() Péssimo () Ruim () Bom () Ótimo () Excelente

Por quê?

12. Como você classificaria as relações institucionais com outras organizações existentes, sejam elas públicas ou privadas, que atuam direta ou indiretamente na Piscicultura?

ADESUL:

EMATER:

COREDE:

Sec. De Agricultura (prefeituras):

Instituições de apoio (UFSM, ULBRA):

13. Que tipo de informação voltada à Piscicultura é utilizada ou gerada pela organização? Quais são as fontes?

14. Como a organização avalia a perspectiva de crescimento da piscicultura local nos próximos 5 anos?

() Retração

() Estabilidade

() Pequeno crescimento

() Médio crescimento

() Grande crescimento

15. Como a organização avalia a existência de barreiras à entrada de novos empreendimentos na Piscicultura?

Barreiras à entrada - são os fatores que determinam o acesso de novos empreendimentos em determinada atividade. Podem ser causadas pela concorrência, por preços praticados, vantagens absolutas nos custos de produção de determinados empreendimentos, escala de produção e dimensão do mercado, entre outros.

Elas existem?

() Sim

() Não

Se Sim, quais tipos?

- () Preços praticados () Vantagens absolutas em custos de produção
 () Escala de produção () Concorrência
 () Dimensão do mercado
 () Falta de profissionalização (outro).

16. Como a organização avalia o nível tecnológico dos agentes econômicos envolvidos diretamente na Piscicultura?

Obs: Marque com X na opção desejada

Agentes	Péssimo	Ruim	Médio	Bom	Excelente
Fornecedores insumos (ração, medicamentos, etc.)					
Produtores alevinos					
Engorda					
Processadores/frigoríficos					
Transportadoras					
Atacadistas					
Varejistas					
Outros:					

17. Quais os principais aspectos (problemas ou pontos críticos) que reduzem/inibem a Capacidade Produtiva da Piscicultura?

Capacidade Produtiva - está relacionada aos custos de produção e a produtividade atual da atividade.

Obs: Selecione no máximo 5 alternativas (as principais)

Aspectos produtivos

- () Alto custo dos insumos (alevinos, ração, equipamentos, etc.)
 () Alto custo das áreas
 () Alto custo das instalações
 () Carência de mão-de-obra qualificada
 () Carência de assistência técnica especializada
 () Dificuldade de financiamento e acesso ao crédito privado
 () Baixa qualidade dos recursos naturais (degradação ambiental/poluição)
 () Precárias condições infra-estrutura local (transporte, energia, etc)
 () Descumprimento da legislação ambiental e sanitária (ex. registro nos órgãos ambientais)
 () Baixo nível gerencial nos empreendimentos
 () Baixo grau de processamento do peixe
 () Baixa qualidade do produto
 () Baixa organização da atividade
 () Distância dos grandes centros consumidores
 () Pequeno mercado consumidor local
 () Concorrência com a pesca extrativa
 () Baixo consumo de pescado em relação a outros tipos de carne
 () Sazonalidade e inconstância na produção e demanda
 () Outro: Falta peixe no mercado

Obs: Selecione no máximo 3 alternativas (as principais)

Aspectos institucionais:

- Frágil regulamentação da atividade
- Burocracia na regularização da atividade
- Rigidez da legislação ambiental
- Baixa capacidade de inspeção e fiscalização dos órgãos públicos
- Baixa assistência técnica/extensão rural pública
- Poucos incentivos fiscais diferenciados e políticas públicas específicas
- Outro: sem resposta

17a. A partir das opções escolhidas anteriormente, quais têm sido as ações desenvolvidas neste sentido ou quais as alternativas possíveis para resolver esta situação?

18. Quais os principais aspectos (problemas ou pontos críticos) que reduzem/inibem a Capacidade Inovativa da Piscicultura?

Capacidade de Inovação - relacionados aos investimentos públicos ou privados em ciência, tecnologia, bem como em formação de capital humano e outros, que poderiam provocar aumento da competitividade futura.

Obs: Selecione no máximo 5 alternativas (as principais)

- Baixa oferta de cursos especializados (assistência técnica e gerencial, produção...)
- Baixa capilaridade das ações de assistência técnica e extensão rural / Baixo nível de difusão tecnológica
- Baixos investimentos em pesquisa
- Dificuldade de acesso a novos produtos e processos
- Baixo nível de informação sobre o mercado consumidor (perfil do consumidor/demanda)
- Ausência de políticas da qualidade dos produtos (certificações, testes, selos, etc.)
- Precariedade do ambiente científico de pesquisa (ex. infra-estrutura e RH disponível)
- Concentração produtiva / foco nas culturas tradicionais (ex. boi e soja)
- Outro: _____

18a. A partir das opções escolhidas anteriormente, quais têm sido as ações desenvolvidas neste sentido ou quais as alternativas possíveis para resolver esta situação?

19. Quais os principais aspectos (problemas ou pontos críticos) que reduzem/inibem a Capacidade de coordenação da Piscicultura?

Capacidade de Coordenação - relacionada à capacidade de receber, processar, difundir e utilizar informações de modo a definir e viabilizar estratégias competitivas atuais e futuras (inovação de produto e processo, diferenciação e segmentação), efetuar controles e reagir a mudanças no meio ambiente.

Obs: Selecione no máximo 3 alternativas (as principais)

- Baixa cooperação e associação entre os empreendimentos (ex. cooperativas, associações)
- Baixa representação e participação (ex. fóruns, câmaras setoriais)
- Ausência ou poucas informações/dados estatísticos sobre a atividade
- Ausência de empresa motriz
- Excesso de empreendimentos informais
- Inexistência de relações contratuais entre os agentes
- Outro: desinteresse das prefeituras

19a. A partir das opções escolhidas anteriormente, quais têm sido as ações desenvolvidas neste sentido ou quais as alternativas possíveis para resolver esta situação?

20. Qual o grau de importância identificado dos fatores seguintes para o desenvolvimento da Piscicultura?

Obs: Marque com X na coluna desejada.

Fatores locais	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante
a) Proximidade ou concentração geográfica dos agentes econômicos					
b) Capital humano (estoque de conhecimento e habilidades dos indivíduos)					
c) Capital Social (relação de confiança e cooperação entre os próprios indivíduos em determinada sociedade)					
d) Capital Cívico (práticas de políticas democráticas, de confiança e interesse nos assuntos públicos e de interesse comum)					
e) Outro:					

21. Na Piscicultura, qual a influência das regras formais (leis fiscais, ambientais, sanitárias, etc.) na competitividade da piscicultura?

Competitividade aqui mencionada refere-se ao sistema como um todo - fatores de produção (custos de insumos, equipamentos, logística, meio ambiente), tecnológicos (desenvolvimento de pesquisas científicas e de novos produtos), sociais (emprego e renda) e ambientais (recursos naturais) e outros.

() Nenhuma () Baixa () Média () Alta influência () Extremamente influente

Por quê?

22. Em relação às instituições formais (leis, regras e regulamentações ambientais, sanitárias, fiscais, etc.), quais são aquelas que mais impactam ou influenciam positivamente ou negativamente o desenvolvimento da Piscicultura?

23. Qual a influência da cultura local (costumes, tradições e regras informais/convenções) na competitividade da Piscicultura?

() Nenhuma () Baixa () Média () Alta influência () Extremamente influente

Por quê?

24. É possível identificar um agente coordenador (ex. empresa privada, organização/entidade pública ou não, associação, etc.) que influencia/determina a difusão de informações e as estratégias individuais/coletivas na Piscicultura?

Agente coordenador - diz respeito aos atores (empresas, organizações e entidades públicas ou privadas, formais ou informais) que determinam os modos de coordenação, intervenção e participação nos processos de decisões das estratégicas dos diversos agentes econômicos existentes na Piscicultura, bem como na disseminação do conhecimento, da assistência técnica ou no fluxo de informação sobre a atividade.

() Sim

() Não

25. Como a organização avalia as políticas e ações públicas (federal, estadual e municipais) voltadas exclusivamente à Piscicultura? - *Obs: Marque com X na coluna desejada.*

Políticas/ações	Fraca	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
Apoio e fomento à Produção					
Atração de novos empreendimentos					
Disponibilidade de serviços técnicos especializados					
Regularização e fiscalização					
Pesquisa e desenvolvimento de novos produtos					
Outros:					

26. Como a organização avalia as ações voltadas exclusivamente à Piscicultura promovidas pelas seguintes organizações/entidades? - *Obs: Marque com X na coluna desejada.*

Organizações/entidades	Fraca	Ruim	Regular	Bom	Ótima
Universidades públicas					
Universidades e faculdades privadas					
Empresas e Centros de Pesquisas Tecnológicas					
Órgãos de apoio e fomento					
Centros de capacitação profissional e de assistência técnica					
Agentes financeiros					
Sindicatos de empresas e trabalhadores urbanos e rurais					
Associações e cooperativas					
Outros:					

ANEXO 3**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE-ESCLARECIDO**

Título do projeto: Implantação do Arranjo Produtivo de Piscicultura nos Municípios do COREDE Jacuí-Centro do Estado do Rio Grande do Sul

Pesquisador responsável: Tainá Turri

Orientador: João Vicente Ribeiro Barroso Costa Lima

O senhor (a) está sendo convidado a participar de um estudo, que tem como objetivo principal investigar as entidades envolvidas com a Implantação do Arranjo Produtivo de Piscicultura nos municípios do COREDE Jacuí-Centro no Rio Grande do Sul, e o trabalho realizado por estas entidades na APL. Meu nome é Tainá Turri, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM. Os dados de pesquisa serão utilizados para a elaboração da minha dissertação de mestrado.

As entrevistas serão anônimas, se assim o entrevistado desejar. As entrevistas serão gravadas.

A sua participação tem um caráter voluntário, esclarecendo que você pode se retirar a qualquer momento do estudo.

O meu telefone residencial é (55) 3026-1112 e meu celular é (55) 91714644. O telefone do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais é (55) 3220-8660.

Tainá Turri

Entrevistado: _____

Ciente: _____